



**Relatório de Gestão e Contas 2006**

**Lisboagás GDL**

**Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.**

<b>1. Órgãos Sociais</b> .....	<b>3</b>
<b>2. Estrutura da Empresa</b> .....	<b>5</b>
<b>3. Introdução</b> .....	<b>6</b>
<b>4. Principais indicadores</b> .....	<b>8</b>
4.1. Indicadores Económicos – Financeiros .....	8
4.2. Indicadores Operacionais.....	8
<b>5. Factos e Acontecimentos Mais Relevantes</b> .....	<b>9</b>
<b>6. Evolução do Negócio e Actividades Desenvolvidas em 2006</b> .....	<b>11</b>
6.1. Investimento .....	11
6.2. Actividade Comercial.....	13
6.3. Actividade Técnica.....	23
6.4. Actividades do Gabinete de Apoio (GAP) .....	30
6.5. Ambiente, Qualidade e Segurança .....	30
6.7. Sistemas de Informação.....	34
6.8. Organização e Recursos Humanos.....	34
<b>7. Performance Económica e Financeira</b> .....	<b>37</b>
7.1. Performance Económica .....	37
7.2. Performance Financeira .....	40
<b>8. Perspectivas para o Ano de 2007</b> .....	<b>48</b>
<b>9. Factos Relevantes após o Encerramento do Exercício</b> .....	<b>50</b>
<b>10. Declarações e Menções Obrigatórias</b> .....	<b>51</b>
<b>11. Referências Finais</b> .....	<b>53</b>
<b>12. Proposta de aplicação de Resultados</b> .....	<b>54</b>
<b>Documentos de Prestação de Contas</b> .....	<b>55</b>
<b>Documentos de Apreciação e Certificação de Contas</b> .....	<b>92</b>

## 1. Órgãos Sociais

A 31 de Dezembro de 2006, a composição dos órgãos sociais da sociedade era a seguinte:

### ▪ Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dra Maria Helena Claro Goldschmidt  
Secretário: Dra. Rita de Andrade Lopes Picão Fernandes Campos Carvalho

### ▪ Conselho de Administração <sup>1</sup>

Presidente: Dr. João Carlos Fevereiro Ferreira de Lima  
Vogais: Eng<sup>o</sup> João António Cunha Damasceno Fiadeiro (Administrador Delegado)  
Eng<sup>o</sup> Giovanni Pavan

Na reunião de Conselho de Administração de 8 de Janeiro de 2007, o Dr. Pedro Manuel Pedroso Rodrigues foi cooptado para vogal deste órgão, na sequência da renúncia ao cargo apresentada pelo Eng. Giovanni Pavan em 20 de Dezembro de 2006.

### ▪ Fiscal Único

Efectivo: Deloitte & Associados, SROC, S.A., inscrita na OROC com o n.º 43, com sede na Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 6.º piso, Lisboa, representada pelo Dr. António Marques Dias, inscrito na OROC com o n.º 562  
Suplente: Dr. Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, com domicílio profissional na Praça Duque de Saldanha, n.º1, 6º piso, Lisboa, inscrito na OROC n.º 992

---

<sup>1</sup> Na sequência das renúncias aos cargos de Presidente e Vogal do Conselho de Administração apresentadas, respectivamente, pelo Eng.º Guido Manuel Negrelli e Albuquerque e Dr. José Manuel Machado Saldanha Bento, por cartas datadas de 29 de Junho de 2006, a Assembleia Geral da sociedade de 3 de Julho de 2006 procedeu à recomposição do Conselho de Administração, elegendo para o mandato em curso o Dr. Ferreira de Lima e o Eng.º João Fiadeiro para Presidente e Vogal do Conselho de Administração, respectivamente, mantendo-se como Vogal o Eng.º Giovanni Pavan. Na reunião do Conselho de Administração de 10 de Julho de 2006, o Eng.º João Fiadeiro foi designado Administrador Delegado da empresa.

- **Secretário da Sociedade**

Efectivo: Dra. Rita de Andrade Lopes Picão Fernandes Campos Carvalho  
Suplente: Dra. Maria Helena Claro Goldschmidt

- **Representante para as relações com o mercado de capitais (CMVM e Euronext Lisbon)**

Eng. Pedro Miguel Cames Velasco Mouzaco Dias

Na reunião de 8 de Janeiro de 2007, o Conselho de Administração deliberou aprovar a designação do Dr. Tiago Villas-Boas, responsável pela Direcção de Relações com o Investidor da Galp Energia, para Representante da Lisboagás para as Relações com o Mercado de Capitais e com a CMVM, em substituição do Eng. Pedro Miguel Cames Velasco Mouzaco Dias.

- **Representante Comum dos Obrigacionistas**

Dr. Luís Rios de Oliveira Alves

## 2. Estrutura da Empresa



### 3. Introdução

A Lisboagás é a maior Distribuidora nacional de Gás Natural, actuando numa área de Concessão constituída por 16 concelhos.

No último exercício atingiu um volume de negócio de 143 milhões de euros, mais 7% que em 2005, fornecendo um total de 217 milhões de m<sup>3</sup> de gás a uma carteira de clientes que rondava os 460.000 no final do ano.

O resultado líquido alcançado em 2006 ascendeu a 10 milhões de euros e o EBITDA (cash flow operacional) situou-se nos 46 milhões de euros (15% abaixo do ano anterior).

Os resultados de 2006 foram negativamente afectados por factores exógenos à actividade operacional da Empresa, destacando-se as seguintes causas mais relevantes:

- Ocorrência de custos de reestruturação do quadro de pessoal relativos a pré-reformas;
- Ausência de capitalização de custos de pessoal associados ao desenvolvimento da infra-estrutura, ao contrário do que acontecera até ao ano anterior, por não se encontrarem exclusivamente afectos a estas actividades;
- Subida da temperatura média que provocou uma redução do consumo específico, especialmente relevante no segmento doméstico, o qual diminuiu mais de 3% em relação a 2005.

A Empresa investiu 28,4 milhões de euros, continuando o seu esforço ao nível da expansão da rede de distribuição (mais 175 km), da renovação de rede (mais 42 km) e da captação de novos clientes (mais 12.945).

A clara orientação para o cliente traduzida num esforço persistente de melhoria contínua do serviço em todas as componentes da cadeia de valor, manteve-se como dos pilares mais importantes da actividade da Lisboagás, em 2006, o que veio a reflectir-se amplamente nos excelentes resultados apurados através do sistema de avaliação contínua da satisfação dos nossos clientes.

A auditoria levada a cabo pela APCER, no final de 2006, reconheceu as melhorias registadas nos múltiplos processos em uso na Empresa e permitiu a confirmação da certificação do Sistema Integrado de Gestão do Ambiente, Qualidade e Segurança (SIAQS).

Vem a propósito dizer que a Lisboagás encara o desenvolvimento e certificação do SIAQS como um factor distintivo e de valorização, especialmente no contexto cada vez mais exigente e competitivo em que exerce as suas actividades.

As exigências de mercado modernos e competitivos, como o da Energia, estimulam a permanente preocupação das empresas pela qualidade dos serviços prestados sem perder de vista os valores essenciais para a sociedade tais como ambiente e segurança.

Nestas circunstâncias a Lisboagás continuará, naturalmente, a dar muita atenção à certificação obtida há alguns anos continuando a encará-la como parte de uma metodologia de gestão em desenvolvimento contínuo e que visa não só valorizar a Empresa e a sua inserção no contexto em que actua, mas também ir de encontro às legítimas expectativas de todos os *stakeholders* (nomeadamente, Accionistas, Trabalhadores, Gestores e Clientes).

## 4. Principais indicadores

### 4.1. Indicadores Económicos – Financeiros

Indicadores Económico-Financeiros	Unidade	2004	2005	2006
Volume de Negócios (1)	mil Euros	117.703	133.172	142.733
EBITDA (2)	mil Euros	46.986	54.430	46.182
EBIT (Resultados Operacionais Ajustados)	mil Euros	29.669	34.965	28.655
Resultado Antes de Imposto	mil Euros	19.110	21.941	14.100
Resultado Líquido	mil Euros	11.530	15.511	9.855
Cash Flow (3)	mil Euros	33.803	40.371	33.130
Free Cash Flow (4)	mil Euros	24.733	7.980	9.902
Capital Empregue médio (5)	mil Euros	387.842	373.282	380.833
Return on Assets (ROA) (6)	%	3,8%	4,9%	3,7%
Return on Equity (ROE) (7)	%	21,5%	23,1%	12,3%
Return on Average Capital Employed (ROACE) (8)	%	5,1%	6,5%	5,3%
Gearing (9)	%	83,7%	80,3%	77,7%
Debt to Equity (10)	%	514,2%	408,2%	348,4%
Autonomia Financeira (11)	%	10,0%	12,3%	14,0%
Rácio de Concessão (12)	%	25,4%	38,1%	37,8%

(1) - Vendas de Mercadorias e Produtos + Prestação de Serviços (Inclui regularizações de Facturação Esperada)  
(2) - Resultados Operacionais + Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo + Ajustamentos  
(3) - Resultado Líquido+Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo+-Variação de Ajustamentos  
(4) - EBITDA - Custos Financeiros - IRC - Investimentos + Subsídios Recebidos  
(5) - Capital Próprio+Divida a Instituições Financeiras cp e mlp+suprimentos obtidos+Emp Emp Grupo(P)-Disponibilidades-Emp Emp Grupo(A)-Suprimentos concedidos  
(6) - Resultado Operacional / Activo Líquido  
(7) - Resultado Líquido / Capital Próprio Médio  
(8) - [Resultado Líquido - Resultados Financeiros s/ equiv. Patrimonial \* (1 - taxa de IRC)]/ Capital Empregue Médio  
(9) - (Divida Financeira (\*) - Disponibilidades) / Capital Empregue  
(10) - (Divida financeira (\*) - Disponibilidades) / Capital Próprio  
(11) - Capital Próprio / Activo Líquido  
(12) - (Capital Social + Prémios emissão acções + reservas + suprimentos) / (imob. líquido corpóreo + imob. líquido incorpóreo)

(\*) - Divida Financeira inclui divida bancária de curto, médio e longo prazo e suprimentos

### 4.2. Indicadores Operacionais

Indicadores Operacionais	Unidade	2004	2005	2006
Volume Vendido Gás Natural /Propano	mil m <sup>3</sup> (GN equiv.)	208.366	211.764	216.815
FSEs + Custos Com Pessoal <sup>(*)</sup>	mil Euros	38.546	38.312	45.359
Clientes Ligados	nº	427.583	447.027	459.972
Extensão da Rede de Gás Natural	Km	3.213	3.414	3.589
<i>Rede Primária</i>	<i>Km</i>	<i>77</i>	<i>81</i>	<i>81</i>
<i>Rede Secundária (inclui Ramais)</i>	<i>Km</i>	<i>3.136</i>	<i>3.333</i>	<i>3.508</i>
Número de Efectivos <sup>(**)</sup>	nº	253	255	248
Investimento ano <sup>(***)</sup>	mil Euros	28.700	31.109	28.113
Subsídios Recebidos (POE)	mil Euros	29.489	7.178	11.772
Nº Clientes / Empregado	nº	1.690	1.753	1.855
FSEs + Custos Pessoal <sup>(*)</sup> / Nº Clientes	Euros	90	86	99
Nº Clientes / Km Rede Secundária (acumul.)	nº	136	134	131
Rede Secundária / Clientes Ligados	metros	7,3	7,5	7,6
Volume Vendido / Km Rede Secundária	mil m <sup>3</sup>	66	64	62
Volume Vendido / Empregado	mil m <sup>3</sup>	824	830	874
Investimento / Var. Clientes Ligados ano	Euros	1.315	1.600	2.172

(\*) Custos Pessoal: inclui pessoal cedido a Empresas do Grupo; ESE: inclui pessoal cedido à Lisboagás e Débitos a Empresas do Grupo  
(\*\*) Colaboradores efectivos na empresa (inclui cedidos à Lisboagás e exclui cedidos a outras empresas do grupo).  
(\*\*\*) Inclui Rede Primária, Secundária, Ramais + Urbanizações + Renovação + Conversões/ Reconversões + Infraestruturação Doméstico Novo

## 5. Factos e Acontecimentos Mais Relevantes

- O volume de gás distribuído pela Lisboaagás ascendeu a 216 milhões de m<sup>3</sup>.
- A Lisboaagás atingiu os 460 mil clientes, mantendo um aumento da sua base de clientes constante de 3%, sobretudo no segmento doméstico, mas também no segmento de clientes industriais.
- O Índice de Satisfação dos Clientes teve uma evolução positiva significativa nas diversas vertentes avaliadas, atingido valores elevados nos últimos meses do ano, traduzindo, objectivamente os resultados do esforço contínuo feito na Lisboaagás no sentido da melhoria do serviço ao cliente.
- Foram implementadas novas práticas de controlo e monitorização no Contact Center da Lisboaagás que atingiu valores muito elevados de nível de serviço, assegurando as exigências do Regulamento da Qualidade de Serviço e alcançando os melhores resultados desde que a nossa Empresa tem este serviço disponível.
- A Lisboaagás implementou durante o ano de 2006 a factura independente da de electricidade, passando a ser apresentada uma imagem única e autónoma da Galp Energia/Lisboaagás.
- No último trimestre do ano foi iniciada a construção das redes de distribuição que permitirão assegurar o abastecimento de gás natural ao concelho de Mafra, e que consiste na construção de cerca 9 kms de rede primária e de aproximadamente 30 km de rede secundária.
- Desenvolvimento de acções de reestruturação da estrutura da Lisboaagás através da concretização, em 2006, de vários acordos para a saída de trabalhadores com recurso à situação de pré-reformas.
- Confirmada a certificação do Sistema Integrado de Gestão do Ambiente, Qualidade e Segurança da Lisboaagás
- Os Resultados Líquidos foram de 10 milhões de euros.
- Continuação de um significativo esforço de investimento da Lisboaagás em trabalhos de renovação da sua rede de distribuição de gás natural da cidade de Lisboa, aumentando a fiabilidade e segurança na utilização e melhorando as condições de exploração e de prestação do serviço.
- A Lisboaagás recebeu cerca de 11,8 milhões de euros referentes a subsídios de investimento no âmbito do Programa Operacional de

Economia (POE) e do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME) referentes a candidaturas de projectos apresentadas, aprovadas e executadas em anos anteriores.

## 6. Evolução do Negócio e Actividades Desenvolvidas em 2006

### 6.1. Investimento

Investimento	2004	2005	2006	Milhares de Euros	
				Varição 2006/05 Valor	2006/05 %
Rede Primária	471	263	1.073	810	308%
Rede Secundária + Ramais	8.584	10.355	9.799	-556	-5%
Rede em Urbanizações	2.712	3.394	2.450	-944	-28%
Renovação Rede/ Ramais	4.409	4.980	4.429	-551	-11%
Conversão/ Reconverteres	9.585	9.058	7.516	-1.542	-17%
Contadores	2.939	3.059	2.846	-213	-7%
<b>Total Infraestruturas</b>	<b>28.700</b>	<b>31.109</b>	<b>28.113</b>	<b>-2.996</b>	<b>-10%</b>
Sistemas de Informação	213	439	45	-394	-90%
Marketing, Imagem e Comunicação	0	0	0	0	
Outros Investimentos	3.198	3.437	265	-3.172	-92%
<b>Total</b>	<b>32.111</b>	<b>34.985</b>	<b>28.423</b>	<b>-6.562</b>	<b>-19%</b>
Investimentos Financeiros	0	0	0	0	
<b>Total</b>	<b>32.111</b>	<b>34.985</b>	<b>28.423</b>	<b>-6.562</b>	<b>-19%</b>

O investimento operacional da Lisboagás, seleccionado com base em critérios de criação de valor, alcançou os 28,4 milhões de euros em 2006, destacando-se o contínuo esforço realizado em termos de desenvolvimento de rede de distribuição de gás natural e ligação de novos clientes, que absorveram 47% e 35% do investimento total realizado em 2006, respectivamente.

O investimento em redes de distribuição de gás natural foi condicionado por subidas significativas de algumas taxas de ocupação de via pública cobradas por Câmaras Municipais (que impediram um desenvolvimento das extensões previstas nalguns concelhos) e por um menor desenvolvimento de novas urbanizações em consequência de uma fase menos pujante do sector da construção civil.

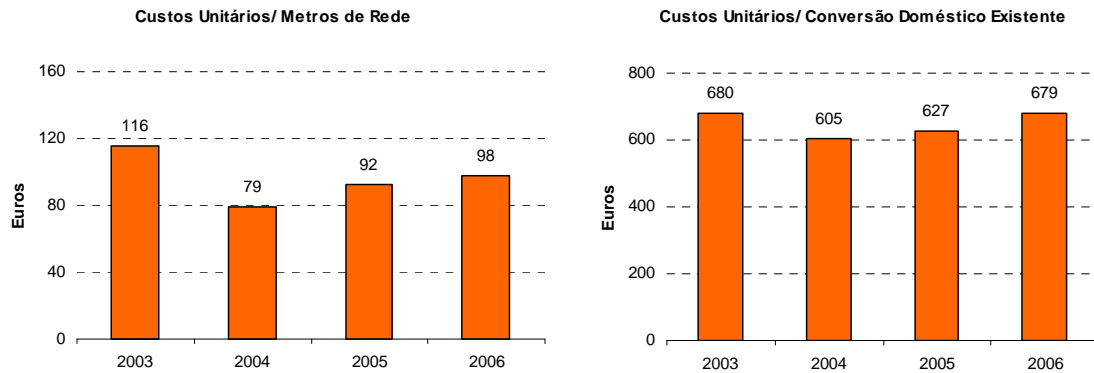
O investimento registado ao nível da rede primária justifica-se pelo início do projecto de construção da rede em Mafra, que se prevê se encontre concluído no 1º semestre de 2007.

Cumpriram-se os objectivos de renovação de rede (42 km) cujo investimento ascendeu a cerca de 5 milhões de euros.

Por outro lado as obrigações legais que impõem a substituição de contadores de gás com mais de 20 anos levaram à substituição de 18.645 contadores e a um investimento que, em conjunto com os novos contadores instalados em novos clientes, ascendeu a mais de 2,8 milhões de euros.

Em 2006 foi descontinuado o critério contabilístico de "Trabalhos para a Própria Empresa" registado na rubrica outros investimentos, que conduzia à capitalização de custos de pessoal associados ao desenvolvimento da infra-

estrutura, cujo valor em 2005 foi de cerca de 1,6 milhões de euros, por não se encontrarem exclusivamente afectos a estas actividades.



Os custos unitários do investimento sofreram um ligeiro acréscimo face aos anos anteriores.

No caso das redes (mais 6,5%), essencialmente por via do agravamento de taxas camarárias e pela menor realização de rede de urbanização cujos custos unitários são bastante inferiores aos dos custos unitários da restante rede secundária.

No caso das conversões (mais 8,3%), essencialmente do agravamento de alguns custos unitários resultantes da adjudicação de novas empreitadas.

## 6.2. Actividade Comercial

Nº Clientes Ligados	2004	2005	2006	Número clientes	
				Varição 2006/05 Valor	%
<b>Por Produto</b>					
Gás Natural	412.351	436.049	450.106	14.057	3%
Propano	15.232	10.978	9.866	-1.112	-10%
<b>Total</b>	<b>427.583</b>	<b>447.027</b>	<b>459.972</b>	<b>12.945</b>	<b>3%</b>
<b>Por Concelho</b>					
ALENQUER	3.300	3.795	3.982	187	5%
AMADORA	35.150	36.369	37.055	686	2%
ARRUDA	670	763	813	50	7%
AZAMBUJA	939	1.114	1.278	164	15%
CASCAIS	16.559	19.357	21.839	2.482	13%
LISBOA	221.692	224.537	226.000	1.463	1%
LOURES	20.661	22.496	23.693	1.197	5%
LOURINHÃ	81	94	102	8	9%
MAFRA	2.704	3.333	3.580	247	7%
ODIVELAS	26.088	27.976	29.094	1.118	4%
OEIRAS	30.021	32.328	33.549	1.221	4%
SINTRA	44.435	47.359	49.538	2.179	5%
SOBRAL	158	189	193	4	2%
TORRES VEDRAS	4.704	5.204	5.652	448	9%
V.FRANCA XIRA	20.421	22.113	23.604	1.491	7%
<b>Total</b>	<b>427.583</b>	<b>447.027</b>	<b>459.972</b>	<b>12.945</b>	<b>3%</b>
<b>Por Segmento</b>					
Doméstico	415.454	434.820	447.632	12.812	3%
Doméstico Novo	302.618	310.351	318.131	7.780	3%
Doméstico Existente	112.836	124.469	129.501	5.032	4%
Não Doméstico	11.552	11.782	11.889	107	1%
Grandes Clientes	577	425	451	26	6%
<b>Total</b>	<b>427.583</b>	<b>447.027</b>	<b>459.972</b>	<b>12.945</b>	<b>3%</b>

O número de clientes da Lisboagás atingiu 459.972, o que representa um incremento líquido na carteira de clientes de 3% sobre o ano 2005, revelando um claro potencial de crescimento.

O ano de 2006 foi um ano de elevada produtividade em termos de ligação de novos clientes, tendo sido ligados 23.022 clientes. No entanto, de acordo com os dados existentes no nosso sistema de informação comercial - SAP ISU – 2006 foi também um ano em que se registou um abate significativo de clientes -10.077, que se pode comparar com valor registado em 2005 que foi de 4.387. Esta aumento de desistências tem diversas causas, como sejam o aumento de clientes com contratos rescindidos por dívida ou o aumento de clientes desistentes do segmento não doméstico.

Dos 23.022 clientes acima referidos foram convertidos 8.804 clientes para gás natural do segmento doméstico existente e ligados 13.505 clientes do segmento doméstico novo.

De realçar no segmento não doméstico a ligação de 687 novos clientes (valor bruto de desistências ou abates) objectivo este que já não era conseguido pela Lisboagás há vários anos. Actualmente o número total de clientes do segmento não doméstico é de 11.889.

O concelho onde foi registado o maior crescimento, em valores absolutos, foi Cascais com um incremento de 2.482 clientes (+13%).

O valor total de grandes clientes ascende a 451, tendo sido ligados mais 26 grandes clientes em 2006. Neste segmento destacam-se em 2006 as contratação e ligação da ADP – Adubos de Portugal, do Hotel Marriott, do Hotel Pestana Sintra Golfe, da Espírito Santo – Unidades de Saúde e Apoio à 3ª Idade, da Tratospital e de algumas piscinas da Câmara Municipal de Lisboa.

## Volume de Vendas

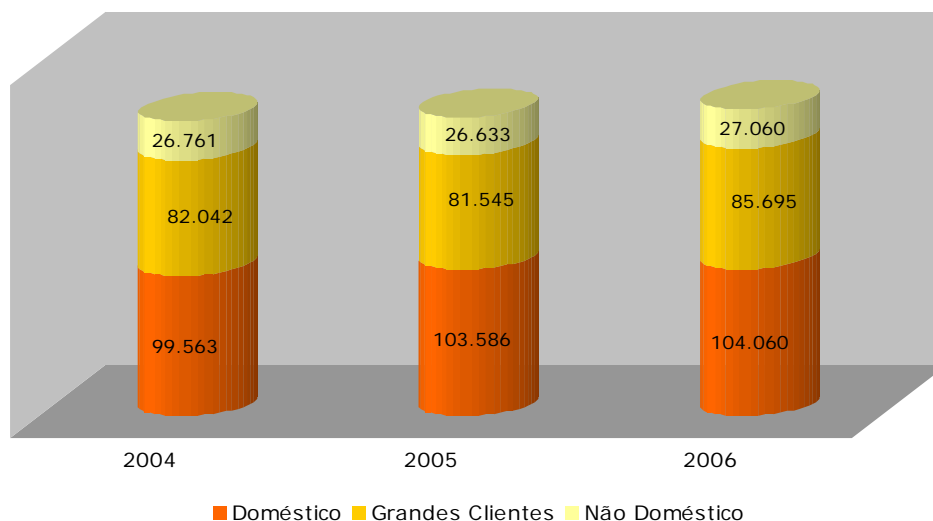
Volume de Vendas	2004	2005	2006	mil m <sup>3</sup> GN eq.	
				Varição 2006/05 Valor	%
<b>Por Produto</b>					
Gás Natural	203.106	206.980	213.278	6.298	3%
Propano	5.260	4.784	3.537	-1.247	-26%
<b>Total</b>	<b>208.366</b>	<b>211.764</b>	<b>216.815</b>	<b>5.051</b>	<b>2%</b>
<b>Por Segmento</b>					
Doméstico	99.563	103.586	104.060	474	0%
Não Doméstico	26.761	26.633	27.060	427	2%
Grandes Clientes	82.042	81.545	85.695	4.150	5%
<b>Total</b>	<b>208.366</b>	<b>211.764</b>	<b>216.815</b>	<b>5.051</b>	<b>2%</b>

O volume vendido atingiu 217 milhões m<sup>3</sup>(n) de gás natural equivalentes<sup>2</sup>, mais 5 milhões de m<sup>3</sup> face a 2005 (+2%), devido fundamentalmente ao aumento do volume vendido no segmento dos grandes clientes.

Acresce que o crescimento do volume vendido, no segmento doméstico foi negativamente afectado pela tendência decrescente dos consumos médios específicos de gás, influenciados também pela conjuntura económica desfavorável e pelo efeito da subida da temperatura ambiente, já que a temperatura média real de 2006 situou-se 1°C acima da temperatura histórica de referência, com impactos directos na utilização e consumo de gás natural, cujo impacto conjugado ascende a uma redução de consumos de cerca 9 milhões de m<sup>3</sup>, apenas no segmento doméstico.

<sup>2</sup> Corresponde à conversão dos diversos tipos de gás em m<sup>3</sup> de gás natural.

**Volume de Vendas**  
(milhares de m<sup>3</sup> de gás natural eq)



O segmento doméstico representa 97% do total da carteira de clientes e corresponde a 48% do volume total de vendas de gás (104 milhões de m<sup>3</sup>). Os grandes clientes, ainda que apenas representem 0,1% da carteira de clientes, contribuem em 40% do volume de vendas (86 milhões de m<sup>3</sup>).

### Volume de Negócios

Milhares de Euros

Volume de Negócio (*)	2004	2005	2006	Variação 2006/05	
				Valor	%
<b>Por Produto</b>					
Gás Natural	113.335	128.546	138.552	10.006	8%
Propano	4.368	4.626	4.181	-445	-10%
<b>Total</b>	<b>117.703</b>	<b>133.172</b>	<b>142.733</b>	<b>9.561</b>	<b>7%</b>
<b>Por Segmento</b>					
Doméstico	77.285	87.059	90.500	3.441	4%
Não Doméstico	14.002	16.994	18.383	1.389	8%
Grandes Clientes	26.416	29.119	33.850	4.731	16%
<b>Total</b>	<b>117.703</b>	<b>133.172</b>	<b>142.733</b>	<b>9.561</b>	<b>7%</b>

(\*) Vendas de Gás + Termo Fixo + Serviço de Ligação

O volume de negócios cresceu 7%, para os 142,7 milhões de euros, pelo efeito do incremento dos volumes vendidos.

## Infra-estruturas e Meios

Extensão da Rede	Km			Variação 2006/05	
	2004	2005	2006	Valor	%
Rede Primária	77	81	81	0	0%
Rede Secundária + Ramais	3.136	3.333	3.508	175	5%
<b>Total</b>	<b>3.213</b>	<b>3.414</b>	<b>3.589</b>	<b>175</b>	<b>5%</b>

A infra-estrutura de distribuição de gás natural atingiu uma extensão de 3.589 km, tendo sido incrementada em 175 km em 2006, mais 5% face ao ano anterior.

A política para expansão de rede teve por base a identificação de mercado potencial e correspondente avaliação de rentabilidade de cada projecto de expansão.

O quadro abaixo evidencia a rede cadastrada por Concelho em 31 de Dezembro de 2006.

Extensão da Rede	2003			2004			2005			2006		
	Prim.	Secund.	Total	Prim.	Secund.	Total	Prim.	Secund.	Total	Prim.	Secund.	Total
<b>Por Concelho</b>												
Alenquer		57	57		63	63	0	72	72	0	75	75
Amadora	2	187	189	2	197	199	2	210	212	2	216	218
Arruda		6	6		6	6	0	9	9	0	9	9
Azambuja		27	27		30	30	0	31	31	0	32	32
Cadaval		2	2		2	2	0	2	2	0	2	2
Cascais	4	238	242	4	286	290	4	331	335	4	363	367
Lisboa	3	1.122	1.125	3	1.130	1.133	6	1.127	1.133	6	1.135	1.141
Loures	23	182	205	23	198	221	23	216	239	23	222	245
Lourinhã		4	4		4	4	0	9	9	0	9	9
Mafra		33	33		33	33	0	38	38	0	38	38
Odivelas		142	142		154	154	0	160	160	0	162	163
Oeiras	7	267	274	7	301	308	7	334	341	7	344	351
Sintra	34	429	463	34	458	492	34	498	532	34	515	549
Sobral		2	2		2	2	0	3	3	0	3	3
Torres Vedras	4	76	80	4	84	88	4	96	100	4	102	106
V. Franca Xira		170	170		188	188	0	198	198	0	204	204
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>2.944</b>	<b>3.021</b>	<b>77</b>	<b>3.136</b>	<b>3.213</b>	<b>81</b>	<b>3.333</b>	<b>3.414</b>	<b>81</b>	<b>3.430</b>	<b>3.511</b>

À data de 31 de Dezembro 2006, encontravam-se por registar em cadastro 159 km de rede.

Postos Redução	Postos de Redução (nº PRM/PRP activos)		
	2004	2005	2006
2ª Classe (PRMs)	21	22	22
3ª Classe (PRPs de Rede)	305	318	229
<b>Total</b>	<b>326</b>	<b>340</b>	<b>251</b>

## Indicadores de Eficiência

Indicadores de Eficiência	Unidade	2004	2005	2006	Euros	
					Variação Valor	2006/05 %
Nº Clientes / Empregado	nº	1.690	1.753	1.855	102	6%
Nº Clientes / Km Rede Secundária (acumul.)	nº	136	134	131	-3	-2%
Rede Secundária / Clientes Ligados	metros	7,34	7,46	7,63	0,17	2%
Volume Vendido / Km Rede Secundária	mil m <sup>3</sup>	66	64	62	-2	-3%
Volume Vendido / Empregado	mil m <sup>3</sup>	824	830	874	44	5%
(FSE's + Custos Pessoal) / Volume Vendido	eur/m <sup>3</sup>	0,18	0,18	0,19	0,01	7%
Margem Bruta / Volume Vendido	eur/m <sup>3</sup>	0,37	0,40	0,39	-0,01	3%

Os indicadores “Nº Clientes por Empregado” e “Volume Vendido por Empregado”, evoluíram em 6% e 5%, respectivamente, e continuam a evidenciar aumentos de eficiência na Lisboagás. O indicador “(FSE's + Custos Pessoal) por Volume Vendido”, se expurgado dos efeitos exógenos referidos na introdução teriam evoluído favoravelmente.

## Apoio a Clientes

Durante o ano de 2006, foi efectuado um novo contrato de prestação de serviço de atendimento para o Contact Center da Lisboagás e ainda para as Lojas, com o objectivo de uma melhoria constante no serviço aos nossos clientes, procurando alcançar a excelência na qualidade do atendimento.

A estrutura e os processos da Lisboagás reflectem a sua principal missão: a satisfação dos seus clientes. Com o objectivo primordial de dar respostas com qualidade e rapidez, às diversas solicitações do mercado, tenta-se cada vez mais fazer com que cada interacção menos favorável com os clientes dê origem a uma possibilidade de melhoria.

Neste sentido criada a Comissão de Satisfação de Clientes, que reúne com periodicidade quinzenal, e na qual intervêm, além do Administrador Delegado, os principais responsáveis de serviços com interacção directa com o cliente e que, com base em reclamações escritas enviadas pelos clientes, analisam a respectivas causas e determinam acções de melhoria e novos processos de actuação, que são integrados nos procedimentos pertinentes da Empresa.

A Lisboagás disponibiliza um serviço de “Contact Center” 12 horas por dia (das 9h às 21H todos os dias úteis), complementado com um serviço de “Informações Rápidas” 24 horas por dia, todos os dias do ano.

Os clientes podem também dirigir-se à Lisboagás por carta, fax, ou e-mail.

A Lisboaagás dispõe também de pontos de atendimento presencial, possibilitando aos clientes um contacto rápido e expedito com os seus serviços, obtendo o mais variado tipo de informações e solicitações.

Actualmente a Lisboaagás, dispõe dos seguintes pontos de atendimento presencial:

- Loja do Cidadão nos Restauradores;
- Loja de Cidadão Laranjeiras;
- Lojas da EDP;
- 2 Postos Móveis de Atendimento.

Durante o ano de 2006 assistiu-se a um significativo aumento de contactos dos clientes com a Lisboaagás para 768 mil contactos (+3%), em todos os canais de contacto. Apesar deste aumento, conseguiu-se o cumprimento de todas as metas estabelecidas no Regulamento de Qualidade e Serviço e dos exigentes Objectivos internos da empresa.

A estratégia seguida pela Galp Energia, no sentido da uniformização do Sistema de Informação, conduzirá no ano de 2007 à não utilização da rede de lojas da EDP para o atendimento dos clientes da Lisboaagás. A Empresa desenvolverá em 2007 acções que permitem garantir níveis de atendimento adequados face a esta importante alteração estrutural.

Nº Contactos por Canal de Entrada	2005	2006	Variação	
			Valor	%
LOJAS	142.538	153.763	11.225	8%
CONTACT CENTER	326.649	378.644	51.995	16%
Gestão Reclamações e Ped. Informação	22.718	66.197	43.479	191%
EDP	254.324	169.462	-84.862	-33%
<b>Total</b>	<b>746.229</b>	<b>768.066</b>	<b>21.837</b>	<b>3%</b>

Nº Contactos	2005	2006	Variação	
			Valor	%
Pedidos de Informação	184.176	238.304	54.128	29%
Reclamações	23.036	27.308	4.272	19%
Nº de Clientes	447.027	459.972	12.945	3%
Ped. Informação por Cliente	0,41	0,52	0,11	26%
Reclamações por Cliente	0,05	0,06	0,01	15%

Fonte: IG Loja Cidadão / Call Center / BW - SAPISU / 05-01-2007

## Serviços Técnicos

Ao longo do ano de 2006, o indicador mais relevante do impacto da actividade dos Serviços Técnicos junto dos Clientes da LisboaGás, traduzido no nível de satisfação relativamente ao serviço de ligação de gás, apresentou uma tendência consistente de subida. Nos meses de Novembro e Dezembro, foram atingidos os valores mais elevados desde o início de 2005, data em que este indicador começou a ser medido com base em inquéritos de satisfação aplicados por entidade externa à LisboaGás. Globalmente, a média de 2006 apresenta uma subida superior a 1,5 pontos percentuais relativamente a 2005.

Durante este ano, a segurança continuou a ser uma forte prioridade do Serviços Técnicos, tendo esta componente sido reforçada no âmbito dos procedimentos que regulamentam as intervenções em casa dos Clientes. Foram designadamente acrescentados diversos componentes à lista de material obrigatório em cada viatura, incluindo capacete, sapatos com palmilha de aço, máscara e "manta" de protecção para soldadura.

Foi implementado um procedimento para redução dos erros de identificação de contadores, mediante a sua etiquetagem que substitui o registo manuscrito do número do contador pelo técnico da assistência técnica. Este procedimento contribuiu designadamente para a redução de situações de incoerência de informação em sistema, com impacto na facturação do Cliente.

Destaque ainda para a plena concretização dos objectivos assumidos para 2006 no âmbito do ambicioso plano de substituição dos contadores com mais de vinte anos. Ainda no âmbito da renovação de contadores, registe-se que durante o primeiro semestre de 2006 cessou a colocação de contadores G4-160, reduzindo assim os stocks e os custos (cerca de 50% mais elevados que os contadores G4-110).

Relativamente ao número de visitas a casa do cliente, em 2006 realizaram-se 164291 (cerca de 657 serviço/dia), o que representa um acréscimo de 38% face a 2005.

Os principais serviços realizados foram:

- Ligação de contratos: 36.063
- Substituição de Contadores: 18.645
- Religação do serviço de gás: 20.818
- Cortes e Desligações: 21.168
- Assistência pós-venda: 9.988

## Gestão do Ciclo Comercial

Tendo em vista a saída da Lisboaagás do sistema de facturação da EDP, a impressão das facturas de electricidade e gás passou a ser efectuada em documentos distintos.

Paralelamente, foi alterada a periodicidade da facturação dos clientes de Lisboa e Torres Vedras de mensal para bimestral, o que já se verificava para os restantes clientes, permitindo uma redução dos custos de *printing* e *finishing*.

Foi lançado um concurso para a Prestação de Serviço de Leituras de Contadores Lisboaagás, até agora assegurado pela EDP, tendo sido seleccionadas os respectivos prestadores de serviço. O início desta nova actividade na Lisboaagás ocorrerá logo que se verifique a entrada em produtivo do novo sistema de informação Open SGC.

A actuação constante no sentido de controlar a dívida de clientes permitiu a que a Lisboaagás melhorasse em 2006 o seu principal indicador de análise de evolução da dívida de clientes "Rácio Dívida Vencida / Facturação", que foi reduzido em 0,82 para 0,66 (-20%).

Foi lançada uma iniciativa com a celebração de um contrato de prestação de serviços de gestão de cobranças de dívidas com elevada antiguidade que permitiu recuperar em 2006, 135 mil euros com um custo de 32 mil euros.

Foram utilizados ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa, o que se reflectiu no abate de dívida vencida 2,4 milhões de euros

Registou-se ainda durante este ano, uma operação de actualização do sistema de facturação Sap-Isu, tendo em vista a migração para o novo sistema, que se traduziu na resolução da totalidade de anomalias, ordens de cálculo e contactos pendentes.

Com a criação de uma área de Gestão Geográfica, na Gestão do Ciclo Comercial, desenvolveu-se um trabalho sistematizado em *back office* de correcção de locais de consumo, contadores e contratos em morada incorrecta, contribuindo assim para a minimização de erros a todos os níveis, associados a moradas erradas.

## Avaliação da Satisfação dos Clientes

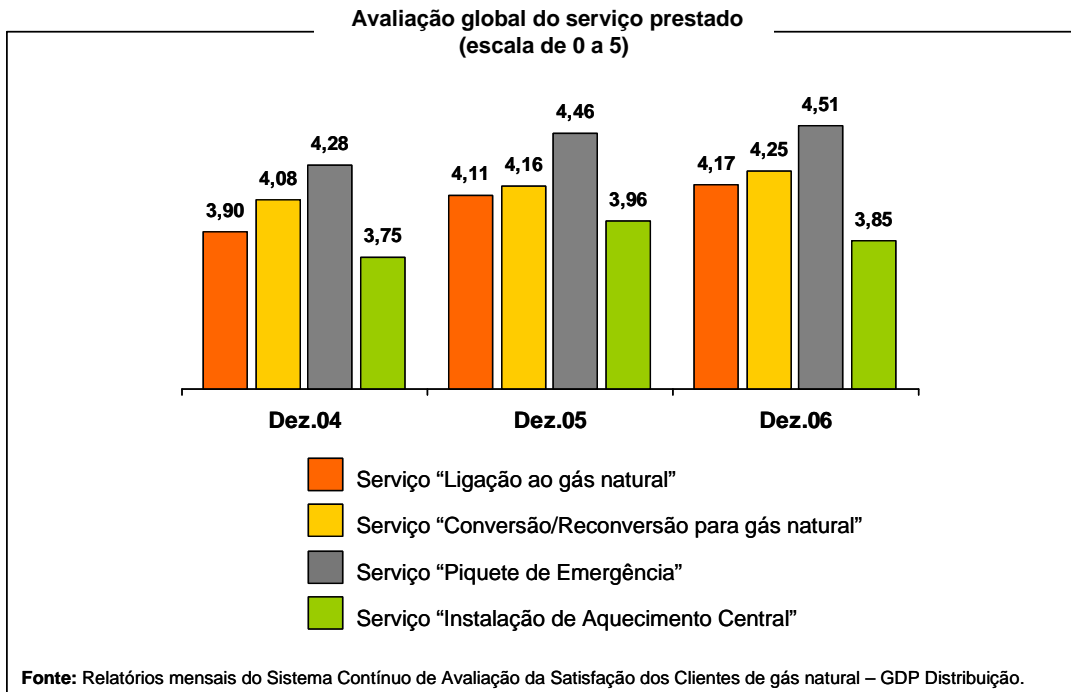
A procura de elevados níveis de excelência na qualidade de serviço e a orientação para o Cliente têm sido prioridades no negócio gás natural, para as quais tem sido fundamental a monitorização da satisfação dos Clientes. A este propósito implementaram-se, desde final do ano 2003, dois sistemas

complementares de avaliação da satisfação dos Clientes, onde a Lisboagás tem evidenciado continuamente avaliações muito positivas, que têm permitido recolher informação necessária para conhecer melhor os seus Clientes e melhorar sistematicamente os seus processos e procedimentos de actuação:

1º) Inquéritos diários efectuados através do Contact Center da Galp Energia, à totalidade dos Clientes que estabelecem contacto directo com as Distribuidoras de gás, permitindo aferir e monitorizar a satisfação dos Clientes com a qualidade dos serviços prestados e cujos resultados foram incorporados no sistema de avaliação de desempenho dos colaboradores desta Distribuidora. No âmbito destes inquéritos, durante o ano 2006, foram entrevistados cerca de 30.200 Clientes da Lisboagás. Os Clientes, pelo terceiro ano consecutivo, manifestam elevados níveis de satisfação em todos os serviços avaliados, com valores quase todos acima de 4 valores numa escala de 0 a 5 valores. Este sistema de avaliação abrange já os seguintes quatro serviços prestados pela Lisboagás: (i) Ligação ao gás natural; (ii) Conversão/ Reconversão para gás natural; (iii) Piquete de Emergência e (iv) Instalação de sistemas de Aquecimento Central a gás natural.

2º) Inquéritos anuais efectuados por entidade independente de elevada reputação (ISEGI-Universidade Nova de Lisboa), que avalia a satisfação dos Clientes através de uma metodologia de referência internacional, permitindo a comparabilidade inter-sectorial e internacional. Nas avaliações do último ano (Dez.2005) assistiu-se à manutenção dos índices de Satisfação dos Clientes para os segmentos mais significativos em volume de vendas (domésticos e grandes clientes) e à melhoria do índice no segmento pequenos não domésticos, alcançando-se resultados em torno dos 70 valores numa escala de 0 a 100. O estudo está novamente a ser desenvolvido, estando prevista a divulgação dos seus resultados, relativos a 2006, no início do mês de Abril.

## Sistema Contínuo de Avaliação Satisfação dos Clientes de gás natural



### 6.3. Actividade Técnica

#### Volume de Gás Distribuído

O volume total de gás distribuído, correspondente à soma do gás natural com o propano, foi, em 2006, de 217 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural (GN) equivalentes, o que representa um crescimento de 5 milhões de m<sup>3</sup> GN equivalentes, ou seja de mais 2 %.

O volume total de gás natural que entrou no sistema de distribuição de gás em 2006, foi de 213 milhões de m<sup>3</sup>. Este valor representa um crescimento de 6,3 milhões de m<sup>3</sup>, mais 3% face ao ano anterior.

A quantidade total de gás propano descarregado em reservatórios e postos de garrafas foi 2.950 toneladas (equivalentes a aproximadamente 3,5 milhões m<sup>3</sup> de gás natural), menos 1,2 milhões m<sup>3</sup> comparativamente com o ano anterior, reflectindo o esforço significativo da empresa para eliminar os postos de garrafas de 45 kg, integrando os clientes assim abastecidos na rede de distribuição de gás natural. Do valor total adquirido, aproximadamente 76% foram descargas a granel e os restantes 24% em garrafas de 45 kg.

#### Renovação de Rede

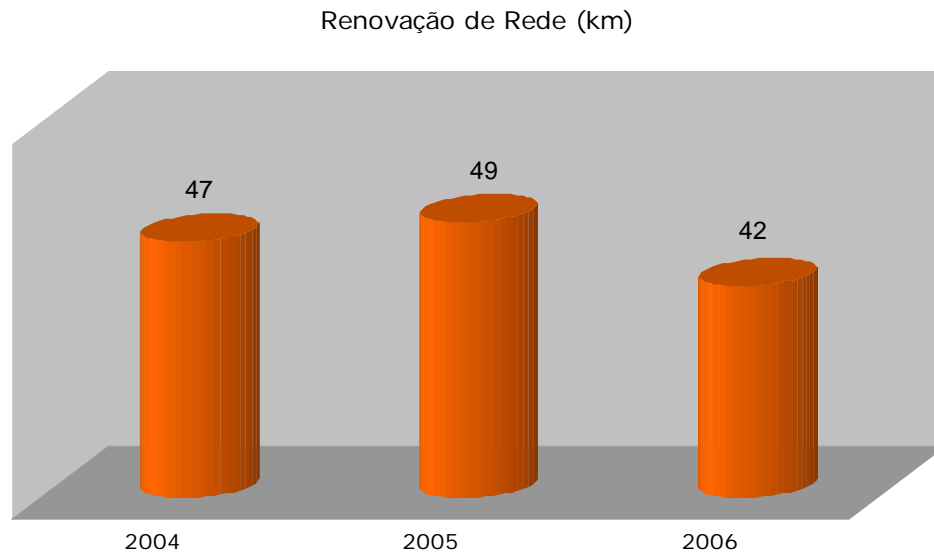
O Projecto de “Renovação da Rede de Lisboa” prosseguiu de acordo com o planeado, contribuindo de modo muito significativo para o aumento da segurança e fiabilidade do sistema de distribuição, através da substituição de tubagens antigas, de aço, por tubagens em polietileno.

No âmbito deste projecto, renovaram-se 42 km de rede e 1.005 ramais. Globalmente esta actividade apresentou uma economia de cerca de 13% face ao valor orçamentado, o que se conseguiu utilizando de modo extensivo a técnica de reentubamento em alternativa ao processo tradicional de vala aberta.

Em 2006, há a salientar o grande impulso dado à renovação das grandes tubagens de transporte de gás dentro da Cidade de Lisboa, garantindo a fiabilidade de abastecimento em toda a Cidade.

Salienta-se ainda a renovação sistemática dos pequenos troços de Ferro Fundido que não foram renovados aquando da realização da renovação dos troços contíguos, por impossibilidade de acesso ou imposição da Câmara

Municipal de Lisboa. Esta acção permitiu reduzir de 7.600 metros para 460 metros a rede deste tipo.



### Reestruturação de Rede

Executaram-se cerca de 5.048 metros de obras de reestruturação da rede, repartidos por 8 obras, no valor de 581 mil euros, com o objectivo de fechar malhas e criar redundâncias ou o reforço de abastecimento de zonas críticas da rede, assegurando a fiabilidade de todo o sistema e a sua melhor gestão.

### Exploração de Redes e Equipamentos

A Área de Exploração e Manutenção de Redes e Equipamentos tem como principal objectivo assegurar a gestão das infra-estruturas do sistema de distribuição de gás combustível canalizado, garantindo o abastecimento contínuo de gás aos clientes em condições de máxima segurança.

Durante 2006, como consequência de um rigoroso planeamento de manutenção das infra-estruturas de distribuição, realizaram-se 97 intervenções em carga na rede de aço, com meios próprios apoiados por *outsourcing* e assistiu à ligação de 945 novos troços à rede existente.

Registou-se a colocação em serviço de 153 km de rede e 3.307 ramais, dos quais 407 de substituição. Foram também colocadas em serviço 3 reservatórios propano, 10 baterias de garrafas de propano e 14 PRP's (postos de redução de pressão).

A manutenção de PRP's totalizou 601 intervenções.

Ao nível do controlo dos equipamentos e obras de terceiros, realizaram-se 16.065 intervenções diversas, das quais se salientam 4.431 inspecções a PRP's e válvulas de seccionamento da rede de distribuição e 1.634 acções de acompanhamento de obras de terceiros.

No âmbito do processo de pesquisa sistemática de fugas, foram sondados 735 km de rede de distribuição e 12.960 ramais. A cada fuga detectada correspondeu uma intervenção de manutenção correctiva no sentido de garantir a estanquidade e segurança do sistema. Registaram-se 57 fugas, das quais 88 nas ligações da tubagem e 49 nos ramais de alimentação, apresentando um decréscimo de 18% relativamente a 2005.

Na sequência do esforço iniciado em 2005 para colocar em norma todas as instalações de GPL exploradas pela Empresa, requalificaram-se 41 instalações de armazenagem de propano a granel e retiraram-se de serviço 27. O parque de reservatórios é agora de 99, dos quais 82 foram requalificados, 54 já estão aprovados pela DRELVT e os restantes estão em fase de vistoria com fim à respectiva aprovação ou aguardam aprovação.

No que respeita ao parque de baterias de propano, foram retirados de serviço 265 postos. O número de baterias em exploração ficou assim em 349 no final do ano, garantindo uma maior racionalização de meios, menores custos de exploração e melhor qualidade do serviço prestado aos nossos clientes

### **Sistema de Emergência**

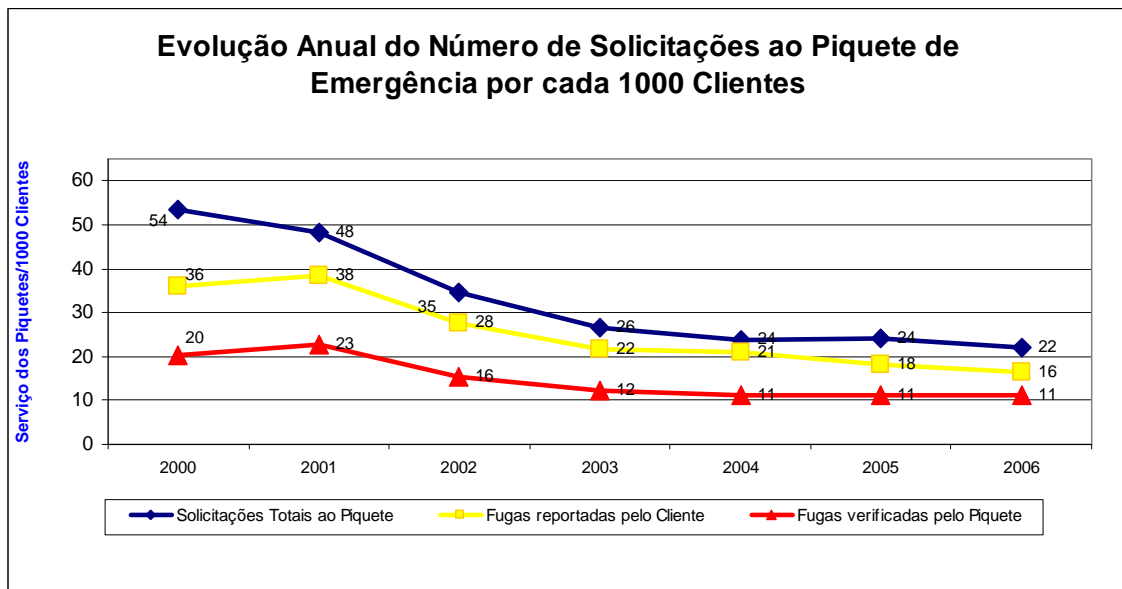
A equipa de emergência, constituída por cerca 40 colaboradores e correspondentes meios de apoio internos e externos, monitoriza permanentemente o sistema de distribuição através do sistema de telemetria SCADA, e realiza o atendimento das chamadas telefónicas de emergências de clientes ou terceiros, durante 24 horas, prestando também este serviço à empresa SETGÁS.

No âmbito da sua actividade, avalia as situações reportadas e realiza intervenções de emergência no sistema de distribuição de gás ou na residência dos nossos clientes, com vista a restabelecer a segurança de pessoas e bens e, se possível, a continuidade de serviço.

No ano de 2006, o Centro de Despacho recebeu cerca de 46.131 chamadas com origem na área de concessão da LisboaGás e 16.526 com origem na área de concessão da Setgás.

Estas chamadas resultaram em 10.653 pedidos de intervenção registados, dos quais 7.452 foram classificados como situações de emergência no primeiro contacto. As restantes foram intervenções de apoio a clientes ou à exploração de redes.

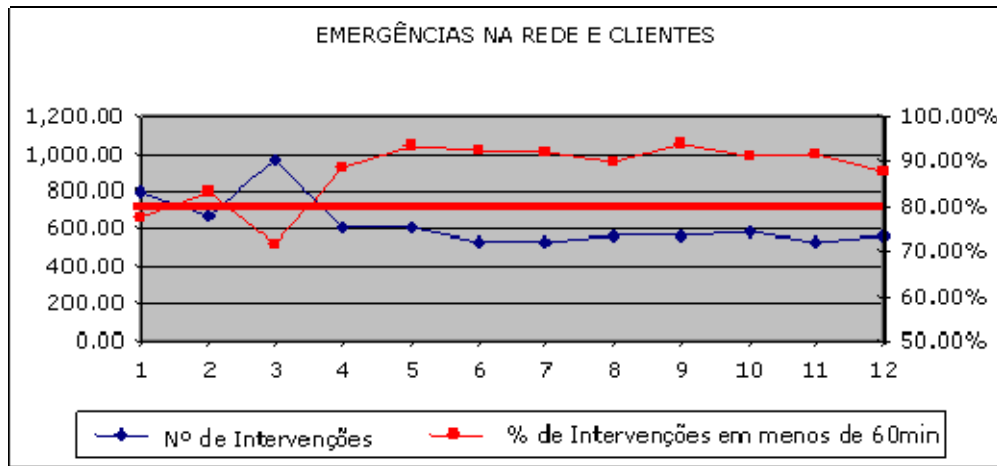
Da totalidade de situações classificadas como emergência, apenas 65% se revelaram, de facto, emergências.



Ao longo de 2006, o *ratio* de solicitações à equipa de emergência por mil clientes manteve-se em linha com o que se passou nos anos anteriores com uma ligeira mas continuada tendência de redução.

No que respeita à capacidade de resposta a emergências, conforme estabelecido pelo Regulamento de Qualidade de Serviço, verificou-se em 2006 a manutenção da boa performance adquirida nos anos anteriores, com 86.33% das emergências a serem respondidas em menos de 60 minutos. Este valor teria sido ainda superior, não fosse a mudança implementada na organização dos turnos, que provocou uma necessidade de reajuste do funcionamento do serviço – nomeadamente o aumento da polivalência dos colaboradores afectos ao serviço – com reflexos na performance, durante o primeiro trimestre.

O novo regime de turnos, porém, permite modular a capacidade do dispositivo de emergência de acordo com a variação que se verifica nos próprios pedidos de assistência.



No que respeita à satisfação dos clientes que contactaram o sistema de emergência da LisboaGás com o serviço prestado, a boa performance é evidenciada pelos bons resultados dos inquéritos realizados, os quais apresentam uma pequena evolução em relação a 2005. Estes inquéritos são realizados a todos os clientes que têm uma intervenção e que indicam o número de telefone.

	2005 (*)	2006 (*)
Satisfação dos clientes com o atendimento telefónico	4.33	4.37
Satisfação dos clientes com o Piquete	4.46	4.51
Informação de segurança prestada durante o atendimento telefónico	4.25	4.57
Informação de segurança prestada pelo Piquete	4.79	4.87

(\*) Escala de 0 a 5

No que respeita à formação são de salientar as seguintes acções:

- Formação em segurança nas operações com gás;
- Actualização dos procedimentos em vigor, com especial incidência nos aspectos que reforçam a segurança dos executantes;
- Formação sobre aspectos técnicos dos Postos de Regulação de Pressão;
- Condução defensiva;
- Cooperação em equipas, destinado em particular aos Coordenadores das equipas de emergência.

## Planeamento de Rede e Cadastro

Em 2006, foram realizados 927 projectos de Rede de Distribuição num total de cerca de 314 km, repartidos entre projectos destinados a possibilitar a “Expansão Comercial”, projectos de “Renovação de Rede” na zona de influência da antiga rede de Gás de Cidade, e projectos de “Reestruturação de Rede” destinados a aumentar a fiabilidade e desempenho do sistema de distribuição de gás.

Em 2006, a maior extensão média dos Projectos elaborados, e a utilização de critérios adequados na selecção dos Projectos a realizar com meios internos, ou com recurso a *outsourcing*, teve como resultado a redução substancial do custo por metro de Rede Projectada face aos anos anteriores. Este custo passou de 0.64€/m para 0.35€/m.

A área de Apoio a Projecto realizou os projectos de infra-estruturação do concelho de Mafra, que incluem 7.2 km de gasoduto de 2º escalão (rede primária), um posto de redução e medida de 2ª classe e 45 km de rede de distribuição de 4 bar (rede secundária).

Estes projectos, incluindo a definição de traçados, dimensionamento e detalhe de passagens e pontos especiais, foram integralmente realizados com meios internos. O recurso a *outsourcing* resumiu-se à realização de peças desenhadas e a estudos muito específicos como o Estudo de Impacto Ambiental e o levantamento de perfis de terreno. Conseguiu-se, deste modo, garantir o mais baixo custo possível e maximizar a utilização do know-how de que a Empresa dispõe.

No âmbito da actualização do cadastro pela eliminação de erros e recuperação de omissões, recuperou-se o histórico do cadastro de cerca de 40 km de redes, que apresentavam deficiências.

## Segurança

Em 2006 verificou-se um acidente mortal que vitimou um colaborador da Lisboagás, Sr. António Encarnação. O Conselho de Administração lamenta profundamente este facto, que vitimou um profissional com muitos anos de serviço e que muito contribuiu para o crescimento e desenvolvimento da Lisboagás

Este acidente foi objecto de um inquérito efectuado por uma Comissão multidisciplinar nomeada pelo Conselho de Administração da Empresa que permitiu concluir das respectivas causas e que levou à recomendação de um conjunto de medidas correctivas e preventivas aprovadas pelo Conselho de Administração, e que, entretanto, foram implementadas.

O Conselho de Administração reafirma o seu firme e inabalável propósito de tomar as medidas convenientes que possam garantir a Segurança. Também neste sentido, a LisboaGás, através do seu Administrador Delegado e dos principais responsáveis operacionais da LisboaGás tem vindo a estar directamente envolvida em diversas acções sobre a Segurança, designadamente na participação em diversas iniciativas, comissões e grupos de trabalho que constituem o Programa de Segurança da Galp Energia que se desenvolverá em várias fases durante cerca de 4 anos.

No que respeita aos indicadores de segurança no trabalho, registou-se uma diminuição de 12 para 3 do número de acidentes de trabalho, sendo um deles como acima referido, mortal.

O número de incidentes rodoviários reduziu-se também de 41 para 20, em 2006.

Realizou-se, em cooperação com a área de exploração de redes, um simulacro de acidente na rede de distribuição secundária envolvendo a Protecção Civil, INEM e Bombeiros de Torres Vedras.

Foi levado a cabo um simulacro de incêndio, com evacuação de todo o pessoal, no Centro Técnico de Lisboa.

No âmbito da formação merece relevo as acções de formação em segurança aos técnicos dos empreiteiros que prestam serviço nos Serviços Técnicos e a formação em segurança aos colaboradores com funções na exploração das redes e na emergência.

#### **6.4. Actividades do Gabinete de Apoio (GAP)**

O GAP tem a responsabilidade de apoiar o Conselho de Administração, os restantes Órgãos Sociais e os Órgãos de estrutura nos processos de suporte à actividade da empresa, nomeadamente a coordenação e controlo das actividades de Incentivos Financeiros, Controlo de Gestão, Recursos Financeiros, Recursos Humanos, Recursos Físicos e assegurando a ligação aos serviços partilhados e corporativos do grupo, controlando os níveis do serviço prestado, de acordo com as políticas definidas para a Empresa, legislação nacional e comunitária e as normas e procedimentos internos e do grupo, a fim de garantir todas as actividades de suporte ao negócio que fomentem o crescimento sustentado da empresa.

O GAP continuou o seu enfoque de actividade na melhoria do sistema de informação de gestão e dos procedimentos de controlo interno das operações, destacando-se:

- Eficiência nos circuitos administrativos e na articulação adequada com restantes empresas do Grupo, no sentido de assegurar a disponibilização atempada de informação financeira e operacional;
- Foram negociados 30 contratos de empreitadas e 124 de bens/serviços;
- Durante 2006, a área de incentivos financeiros acompanhou 40 auditorias realizadas pelas entidades gestoras do fundo e pelo Revisor Oficial de Contas contratado directamente pela Lisboagás.

É de salientar a melhoria contínua na forma de trabalhar em rede de toda a equipa, bem como na articulação com as restantes empresas do Grupo e áreas da empresa, através de mais adequados processos de comunicação.

#### **6.5. Ambiente, Qualidade e Segurança**

Num enquadramento legal e normativo exigente, a Lisboagás assume uma atitude de responsabilidade, informando regularmente o público sobre o desempenho em Ambiente, Qualidade e Segurança (AQS) alcançado. Uma das prioridades da Lisboagás é o desenvolvimento sustentável das actividades de distribuição de Gás Natural em harmonia com o ambiente, apostando na melhoria contínua da qualidade dos seus serviços de acordo com os mais exigentes padrões de segurança.

No mercado actual, a implementação de um Sistema de Gestão Integrado de Ambiente, Qualidade e Segurança (SIAQS) constitui uma vantagem competitiva para uma organização. A sua posterior certificação por uma entidade independente, tal como as auditorias realizadas internamente, permitem atestar a adequabilidade e eficácia do sistema, através da

avaliação contínua. Assim, a Lisboagás foi alvo de 7 auditorias realizadas ao longo do ano, nos diferentes âmbitos do sistema:

Tema	Âmbito
<b>Auditoria Interna ao SIAQS</b>	Todos os processos e SIAQS
<b>Auditoria Interna às Empreitadas de Construção</b>	Processo de construção (tipologias B e C)
<b>Avaliação da Conformidade Legal</b>	Vertentes: Ambiente e Segurança
<b>Auditoria Interna à Gestão de Reclamações</b>	Processo “Assegurar o Apoio ao Cliente”
<b>Auditoria Externa ao SIAQS</b>	Todos os processos e SIAQS
<b>Auditoria ao Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS)</b>	Implementação e cumprimento do RQS
<b>Auditoria Interna ao SIAQS</b>	Processos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vender o produto e serviço (tipologia C);</li> <li>• Construção de rede (tipologia B);</li> <li>• Gestão de recursos humanos.</li> </ul>

Nestas auditorias, pôde-se essencialmente verificar melhorias ao nível de:

- Monitorização sistemática dos objectivos AQS;
- Envolvimento de toda a estrutura organizacional;
- Cumprimento dos requisitos do Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS);
- Evolução do sistema em termos de consistência e maturidade.

A confirmação da certificação foi realizada através da auditoria anual de acompanhamento ao SIAQS, por uma entidade certificadora de reconhecida competência, tendo sido a Lisboagás a primeira empresa do universo Galp Energia a fazer a transição do seu sistema ambiental para a nova versão da Norma ISO 14001 de 2004. Esta versão da norma, para além de estabelecer requisitos de desempenho ambiental explicitados nos compromissos incluídos na política ambiental, como o cumprimento da legislação e regulamentos aplicáveis, a prevenção da poluição e a melhoria contínua, introduziu alguns novos conceitos, nomeadamente a avaliação da conformidade legal.



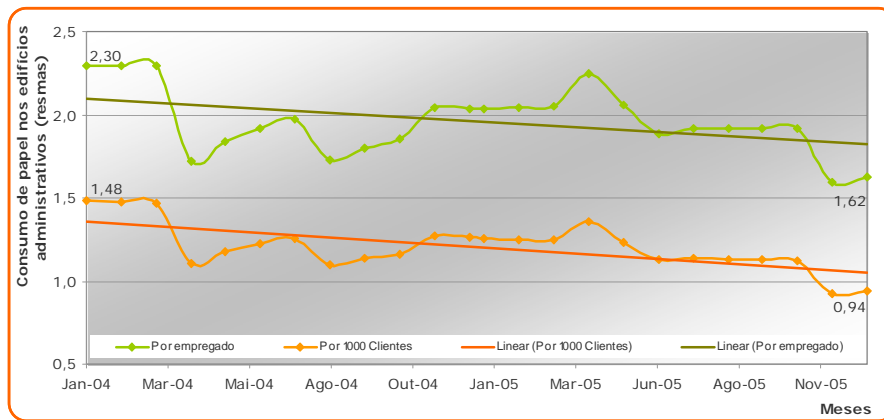
O desempenho ambiental foi avaliado pela monitorização e medição dos impactes ambientais e pela realização de auditorias internas apropriadas, tendo sido identificados como aspectos ambientais significativos, a produção de resíduos, o consumo de energia, o consumo de materiais, a produção de efluentes líquidos e a produção de emissões de ruído.

Visando a minimização dos impactes negativos que os aspectos ambientais possam ter e focando a importância da conformidade com a Política AQS e com os requisitos do SIAQS, foram promovidas acções de sensibilização orientadas para os prestadores de serviços, nomeadamente:

<b>Prestador</b>	<b>Número de Participante</b>
<b>Serviços de limpeza do edifício administrativo da sede</b>	9
<b>Empreiteiros da actividade de assistência técnica</b>	210
<b>Colaboradores do contact center</b>	48

Neste contexto, o rigor, a credibilidade e a prontidão dos serviços prestados são valores de referência, factores indispensáveis na opção exigente em busca da excelência.

Observou-se ainda um decréscimo significativo no consumo de papel nos edifícios administrativos desde o início do ano 2004, tendo-se cumprido, no final de 2005, as metas estabelecidas para este indicador.



Ao longo do ano 2005, verificou-se uma melhoria da satisfação dos clientes, monitorizada mensalmente através de questionários realizados telefonicamente. No ano de 2004, 82,7% dos Clientes classificaram os serviços de ligação e conversão/reconversão com pontuação superior a 3 considerando uma escala de 0 a 5, sendo o 5 a melhor classificação, enquanto que em 2005 esta percentagem subiu para 86,4%, contribuindo-se assim para se ter atingido as expectativas de melhoria contínua do SIAQS.

Internamente, foram distribuídos o Guia da Qualidade e o Guia Ambiental, com objectivo de divulgar aos Colaboradores os objectivos e metas ambientais e dos processos e a Política AQS. Com esta acção procurou-se o envolvimento de todos na melhoria do desempenho do SIAQS.



## 6.7. Sistemas de Informação

Na área de sistema de informação não foi concretizado o importante projecto de migração do actual sistema SAP-ISU para o novo sistema de gestão comercial Open SGC.

Este facto deveu-se à impossibilidade, inesperada, da equipa de projecto constituída para este efeito a nível da GDP Distribuição, conseguir concretizar esse processo, devido ao facto da EDP não ter conseguido fornecer os dados necessários nas condições adequadas que permitissem fazer a migração.

Esta impossibilidade traduziu-se em adiamentos sucessivos das datas com impactos muito negativos na disponibilidade das equipas operacionais e no defraudar sucessivo de expectativas.

## 6.8. Organização e Recursos Humanos

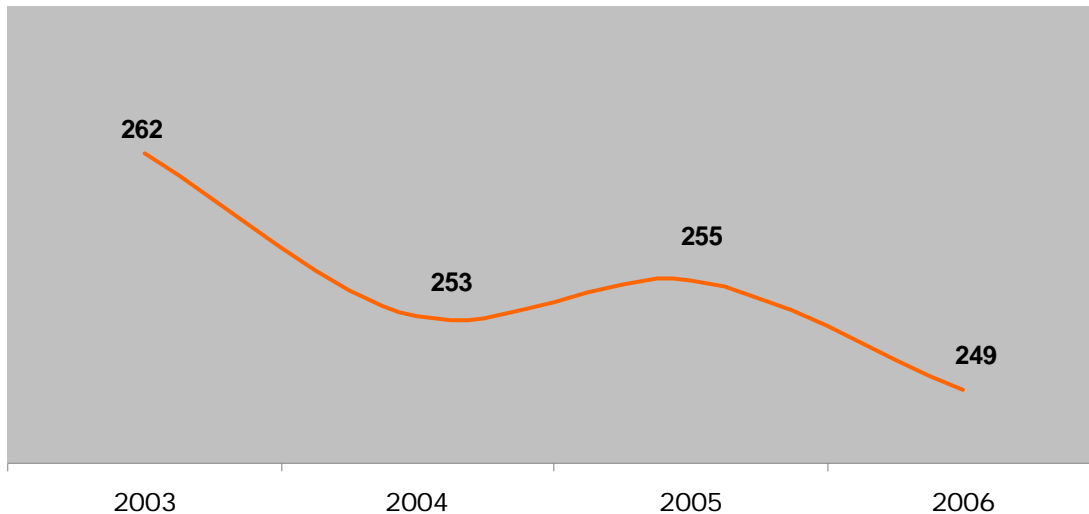
Movimentação de Pessoal	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/05	
						Valor	%
<b>Empregados início ano</b>	<b>351</b>	<b>336</b>	<b>313</b>	<b>301</b>	<b>300</b>	<b>-1</b>	<b>0%</b>
<b>Entradas</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>
<b>Saídas</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>1200%</b>
Rescisão por Mútuo Acordo	15	15	3	1	1	0	0%
Pré Reforma	0	0	1	0	10	10	100%
Reforma	2	1	1	0	0	0	0%
Outros Motivos	2	7	8	0	2	2	100%
Requisitados	3	0	0	0	0	0	0%
<b>Empregados fim ano</b>	<b>336</b>	<b>313</b>	<b>301</b>	<b>300</b>	<b>288</b>	<b>-12</b>	<b>-4%</b>
Pessoal Cedido à Lisboagás	0	3	4	5	5	0	0%
Pessoal Cedido pela Lisboagás	63	54	52	50	44	-6	-12%
<b>Pessoal ao Serviço da Lisboagás</b>	<b>273</b>	<b>262</b>	<b>253</b>	<b>255</b>	<b>249</b>	<b>-6</b>	<b>-2%</b>

Desde o encerramento da fábrica de gás de cidade e conclusão da operação mudança gás, que continua a incisiva aposta na modernização da empresa, a qual para além da optimização/ racionalização dos meios ao seu dispor e adequação dos seus recursos humanos ao modelo organizacional, não poderia deixar de incentivar e promover continuamente a valorização pessoal e profissional dos seus activos. Este precioso capital humano, tem no passado e presente, prosseguido na linha da contínua melhoria do serviço prestado e simultaneamente posicionar-se como referência com vista ao futuro, potenciando ainda mais a respectiva cadeia de valor.

Promovendo-se a criação de experiências e aprendizagem alinhadas com a Visão, Missão e Valores da Empresa, enquadrados com o seu modelo de competências, potencia-se assim, o aumento do SABER, PERFORMANCE e EFICÁCIA técnico profissional de cada um e da equipa, como chave requerida

para a optimização e diferenciação de uma cultura de referência no mercado, de Excelência na prestação do serviço e fidelização dos Clientes.

Evolução do N.º Colaboradores



No âmbito do Plano de Formação para 2006, destacamos pela sua importância e ao nível estratégico, as seguintes acções:

- Sensibilização para aspectos ambientais no âmbito da política AOS, assegurando a continuidade do processo de certificação da empresa e tendo por destinatários a entidade executante da obra, entidades inspectoras, projectistas e donos da obra, através de um Sistema Integrado de Gestão, onde assumiram preponderância os seguintes aspectos:
  - A protecção à saúde e segurança de todas as pessoas;
  - Cumprimento da legislação e regulamentos operacionais e ambientais;
  - Assegurar a utilização eficiente da energia, recursos e a incorporação na gestão das actividades, minimizando a poluição e a produção de resíduos de forma a garantir a sustentabilidade da empresa e do meio ambiente envolvente;
  - Promover a sensibilização e formação dos colaboradores para as suas obrigações individuais e colectivas, na segurança das actividades, na protecção do ambiente e na melhoria da qualidade de vida.
- Prevenção e Segurança – proporcionar / aprofundar conhecimentos sobre:
  - Obrigações a respeitar em matéria de higiene e segurança;
  - Responsabilidades envolvidas em caso de problemas graves;
  - Meios para desenvolver a prevenção numa equipa de trabalho.
- *Postos de Regulação*, permitindo a aquisição de competências, tais como:

- Identificação e descrição técnica de cada componente/equipamento de um PRM;
  - Arranque e operação ao funcionamento de um PRM;
  - Calibração dos equipamentos e metodologia para confirmar e corrigir a acção;
  - Intervenção de emergência;
  - Manutenção dos equipamentos;
  - Deslocação ao terreno para contacto físico com os Postos de Regulação.
- Desenvolvimento da flexibilidade e impacto pessoal, dirigido aos profissionais cuja actividade necessita diariamente de uma comunicação e flexibilidade de comportamentos de excelente qualidade para ter êxito, ou seja, a descoberta e experimentação de técnicas potenciadoras de uma maior eficácia em domínios como:
    - Melhor conhecimento dos recursos pessoais e sua aplicação na vida profissional;
    - Desenvolvimento de uma maior flexibilidade nos comportamentos, permitindo uma melhor adaptação ao meio;
    - Saber lidar com situações de tensão e desgaste no quotidiano profissional e estabelecer objectivos positivos e realistas;
    - Utilizar uma comunicação de qualidade, em busca da excelência, na interacção humana;
    - Relacionar-se com os outros de um modo confiante e positivo estimulando um melhor aproveitamento dos seus recursos pessoais, ou seja, influenciar com integridade.
- Condução Defensiva, com o objectivo de reciclar, aprofundar e adquirir conhecimentos e prática para uma eficaz condução defensiva/ preventiva.
- Na execução do plano anual, foram desenvolvidas muitas outras acções formativas de carácter mais específico, entre elas: SAP nos seus diversos módulos, Mecânicos Aparelhos de Gás, Soldadura, Técnicos de Gás, Ganhar Tempo, Comunicação, Cooperação, Liderança, Open SGC, entre outras.

## 7. Performance Económica e Financeira

### 7.1. Performance Económica

Demonstração de Resultados	2004	2005	2006	Variação 2006/05	
				Valor	%
Vendas de Gás <sup>(1)</sup>	114.988	130.629	140.394	9.765	7%
- Custo das Vendas do Gás	37.612	45.974	56.006	10.032	22%
<b>Margem Bruta</b>	<b>77.376</b>	<b>84.655</b>	<b>84.389</b>	<b>-266</b>	<b>0%</b>
+ Prestação Serviços do Gás <sup>(1)</sup>	2.715	2.543	2.623	81	3%
<b>Margem Total</b>	<b>80.091</b>	<b>87.197</b>	<b>87.012</b>	<b>-186</b>	<b>0%</b>
- FSE <sup>(2)</sup>	20.101	20.338	22.520	2.182	11%
- Custos com Pessoal <sup>(3)</sup>	14.839	14.656	19.594	4.938	34%
- Outros Custos Operacionais	581	641	555	-86	-13%
+ Outros Proventos Operacionais <sup>(3)</sup>	2.416	2.868	1.839	-1.029	-36%
<b>EBITDA (Cash Flow Operacional)</b>	<b>46.986</b>	<b>54.430</b>	<b>46.182</b>	<b>-8.249</b>	<b>-15%</b>
- Amortizações, Provisões e Ajustamentos	24.645	25.806	24.733	-1.073	-4%
+ Anulação de Provisões e Ajustamentos	1.440	1.377	1.082	-295	-21%
+ Subsídios reconhecidos	5.888	4.964	6.124	1.160	23%
<b>EBIT (Resultados Operacionais Ajustados)</b>	<b>29.669</b>	<b>34.965</b>	<b>28.655</b>	<b>-6.310</b>	<b>-18%</b>
+ Resultados Financeiros	-11.462	-11.935	-14.387	-2.452	21%
+ Outros Resultados Extraordinários	903	-1.089	-168	921	-85%
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>19.110</b>	<b>21.941</b>	<b>14.100</b>	<b>-7.841</b>	<b>-36%</b>
- IRC	7.580	6.430	4.245	-2.185	-34%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>11.530</b>	<b>15.511</b>	<b>9.855</b>	<b>-5.657</b>	<b>-36%</b>

(1) Exclui Descontos Concedidos  
(2) Exclui Pessoal Cedido à Lisboagás e inclui débitos a Empresas do Grupo  
(3) Exclui Pessoal Cedido da Lisboagás a Empresas do Grupo e inclui custos de Pessoal Cedido à Lisboagás

A Lisboagás atingiu no ano de 2006 um Resultado Líquido de 10 milhões de euros, negativamente afectado pelos incrementos registados na rubrica de custos com pessoal, consequência do processo de reestruturação da empresa pela atribuição de pré-reformas, cujo valor ascende a 2,5 milhões de euros e pela cessação do critério de capitalização de custos com pessoal directamente afectos aos projectos de desenvolvimento da infra-estrutura ("Trabalhos para a Própria Empresa"), passando a ser reconhecidos como custos do exercício.

A margem bruta não apresentou variação face ao ano anterior, devido à tendência decrescente dos consumos médios específicos de gás, sobretudo no segmento do doméstico, influenciados pela conjuntura económica desfavorável, bem como pelo efeito temperatura, já que a temperatura média real de 2006 situou-se 1°C acima da temperatura de referência, com impactos directos na utilização e consumo de gás natural.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, se expurgado de cerca 1,1 milhões de euros de despesas não recorrentes redebitadas a terceiros, redébito este contabilizado em outros proventos operacionais, não apresentaria qualquer crescimento em relação a 2005, apesar do crescimento da actividade e do aumento do número de clientes, o que confirma a melhoria da eficiência operacional pela contenção de custos.

Os custos *non cash* (amortizações e provisões/ ajustamentos) tiveram, no ano de 2006, uma redução de 1 milhão euros (-4%) em termos acumulados.

O decréscimo registado nas amortizações explica-se pelas despesas de instalação se encontrarem totalmente amortizadas em 2005. Ao nível dos ajustamentos de contas a receber, apesar do reforço de 1,7 milhões, recuperámos cerca de 1 milhão de dívida.

Os subsídios reconhecidos em 2006 ascenderam a 6 milhões de euros (+23%). Sendo que os reembolsos de subsídios registados no ano ascenderam a 11,8 milhões de euros.

Não obstante a redução da dívida financeira líquida, o incremento nos custos financeiros de 2,3 milhões de euros, deveu-se a um incremento das taxas de juro sobre suprimentos.

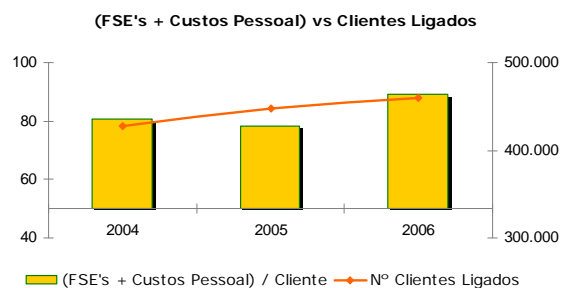
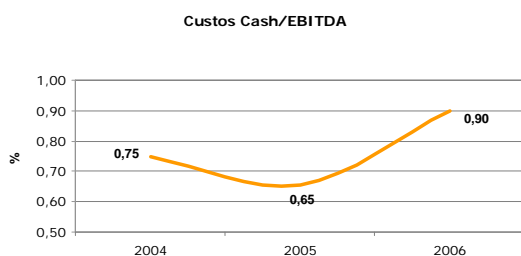
## Evolução de Custos

Estrutura de Custos	2004	2005	2006	Variação 2006/05	
				Valor	%
CMVMC	37.705	46.043	56.088	10.045	22%
Fornecimentos Serviços Externos <sup>(1)</sup>	19.737	20.338	22.520	1.117	5%
Custos com Pessoal <sup>(2)</sup>	14.839	14.656	19.594	4.938	34%
Outros Custos	488	573	473	-100	-17%
Amortizações	23.954	24.712	22.480	-2.232	-9%
Provisões e Ajustamentos	691	1.095	2.254	1.159	106%
Custos Financeiros	12.051	12.213	14.540	2.327	19%
Custos Extraordinários	1.693	1.762	470	-1.292	-73%
<b>Total</b>	<b>111.159</b>	<b>121.392</b>	<b>137.353</b>	<b>15.961</b>	<b>13%</b>

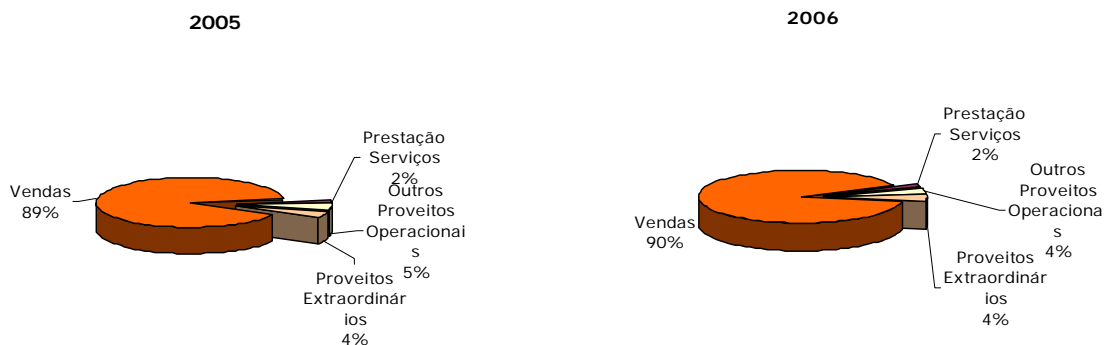
(1) Exclui Pessoal Cedido à Lisboagás e inclui débitos a Empresas do Grupo  
(2) Exclui Pessoal Cedido da Lisboagás a Empresas do Grupo e inclui Custos de Pessoal Cedido à Lisboagás

Os custos evoluíram 13%, sendo que as principais rubricas que contribuiram para este incremento foram o custo das vendas, sobretudo pelo aumento dos custos unitários do Gás Natural e custos com pessoal, pelo decréscimo de número de efectivos afectos à empresa pela via da pré-reforma, cujo impacto ascendeu a 2,5 milhões de euros, bem como pela cessação do critério de capitalização de custos de pessoal associados ao desenvolvimento da infra-estrutura, que passaram em 2006 a ser totalmente registados em custos do exercício, por não se encontrarem exclusivamente afectos a estas actividades.

Pelo supra referido a Lisboagás regista uma evolução menos favorável nos indicadores abaixo evidenciados, "Custos Cash / EBITDA" e "FSE + Custos Pessoal vs Clientes Ligados". Contudo, se expurgados os efeitos supra estes rácios seguirias a tendência favorável verificada nos últimos anos.



## Estrutura de Proveitos

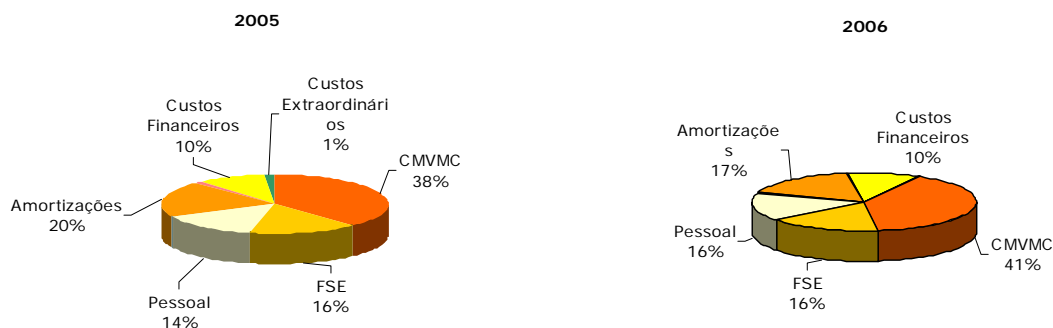


As vendas atingiram os 140 milhões de euros, mais 7% face ao ano anterior, representando 90% da estrutura de proveitos da empresa.

Regista-se um decréscimo de cerca 1 milhão na rubrica de Outros Proveitos Operacionais, consequência pela cessação do critério de capitalização de custos associados ao desenvolvimento da infra-estrutura, que passaram em 2006 a ser totalmente registados em custos do exercício.

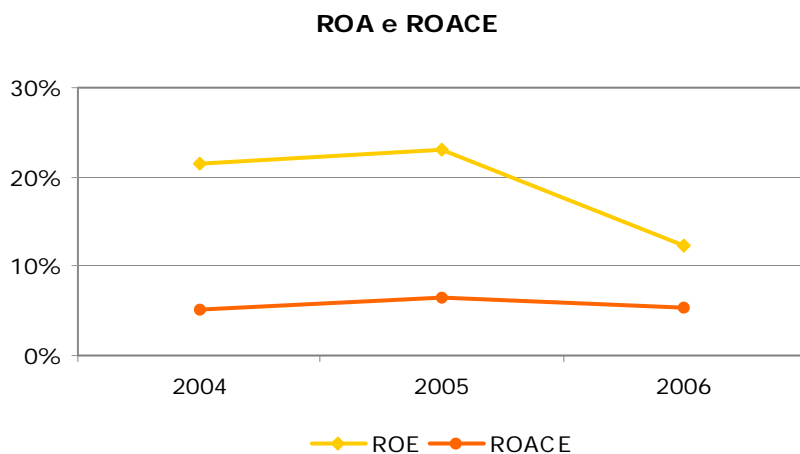
## Estrutura de Custos

Em termos de estrutura de custos, destaca-se o aumento do peso do custo das vendas, decorrente do aumento do volume de vendas e dos custos unitários de compra.



## Indicadores de rentabilidade

Em termos de indicadores de rentabilidade, o ROE de 2006 situou-se nos 12,3% e o ROACE em 5,3% reflectindo a capacidade da empresa em gerar fundos e conseqüente redução do nível de endividamento, apesar do decréscimo registado face ao ano anterior, devido à redução do resultado líquido penalizado por custos não recorrentes suportados pela empresa.



## 7.2. Performance Financeira

A análise financeira que se apresenta sintetiza a situação patrimonial e financeira da Lisboaagás em 31 de Dezembro de 2006.

Se aprovada a proposta de aplicação de resultados, os resultados transitados da Lisboaagás passarão a positivos em cerca de 21 milhões de euros em 2007.

## Balanço Funcional e Estrutura Patrimonial

O activo líquido a 31 de Dezembro de 2006, ascendia a 607 milhões de euros, para um montante de capitais próprios de 85 milhões de euros.

Milhares de Euros								
Balanço	2004	%	2005	%	2006	%	Var	%
Imobilizações Incorpóreas	183.678	31%	182.276	30%	179.666	30%	-2.610	-1%
Imobilizações Corpóreas	355.986	60%	366.020	60%	374.189	62%	8.169	2%
Investimentos Financeiros	0	0%	0	0%	0	0%	0	
<b>Total Imobilizado Líquido</b>	<b>539.664</b>	<b>91%</b>	<b>548.296</b>	<b>90%</b>	<b>553.855</b>	<b>91%</b>	<b>5.559</b>	<b>1%</b>
Dívidas de Terceiros - MLP	2.174	0%	1.631	0%	1.087	0%	-544	-33%
<b>Total Activo Fixo</b>	<b>541.838</b>	<b>91%</b>	<b>549.927</b>	<b>90%</b>	<b>554.942</b>	<b>91%</b>	<b>5.015</b>	<b>1%</b>
Existências	810	0%	1.132	0%	967	0%	-165	-15%
Dívidas de Terceiros - CP	32.635	5%	32.399	5%	25.675	4%	-6.724	-21%
Depósitos Bancários e Caixa	846	0%	1.135	0%	145	0%	-990	-87%
Acréscimos e Diferimentos	19.880	3%	23.446	4%	24.934	4%	1.488	6%
<b>Total Activo Circulante</b>	<b>54.171</b>	<b>9%</b>	<b>58.112</b>	<b>10%</b>	<b>51.721</b>	<b>9%</b>	<b>-6.391</b>	<b>-11%</b>
<b>Total Activo</b>	<b>596.009</b>	<b>100%</b>	<b>608.039</b>	<b>100%</b>	<b>606.663</b>	<b>100%</b>	<b>-1.376</b>	<b>0%</b>
Capital Próprio	59.495	10%	75.006	12%	84.861	14%	9.855	13%
Dívidas a Terceiros - MLP	203.122	34%	272.899	45%	235.692	39%	-37.207	-14%
<b>Total Capitais Permanentes</b>	<b>262.618</b>	<b>44%</b>	<b>347.905</b>	<b>57%</b>	<b>320.553</b>	<b>53%</b>	<b>-27.352</b>	<b>-8%</b>
Provisões	29.691	5%	30.537	5%	32.859	5%	2.322	8%
Dívidas a Terceiros - CP	149.458	25%	80.918	13%	99.195	16%	18.277	23%
Acréscimos e Diferimentos	154.242	26%	148.679	24%	154.056	25%	5.377	4%
<b>Total Passivo</b>	<b>536.514</b>	<b>90%</b>	<b>533.033</b>	<b>88%</b>	<b>521.802</b>	<b>86%</b>	<b>-11.231</b>	<b>-2%</b>
<b>Total CP + Passivo</b>	<b>596.009</b>	<b>100%</b>	<b>608.039</b>	<b>100%</b>	<b>606.663</b>	<b>100%</b>	<b>-1.376</b>	<b>0%</b>

O activo líquido registou um decréscimo de 1,4 milhões de euros face ao final de 2005. Esta evolução deveu-se, essencialmente ao decréscimo das dívidas a terceiros – MLP, consequência do reembolso de 34 milhões de euros do empréstimo obrigacionista, o que contribuiu para uma redução da dívida bancária líquida.

O decréscimo registado nas dívidas de terceiros de MLP deve-se a recebimentos dos contratos de cedência de capacidade de fibra óptica celebrados com a Onitecom que terminarão a 1 de Junho de 2019.

O decréscimo registado nas dívidas de terceiros de CP explica-se, sobretudo pela rubrica estado, pelo efeito do reembolso de IVA e outros devedores, devido ao recebimento de subsídios.

O aumento do capital próprio em 9,9 milhões de euros derivou dos resultados líquidos do exercício de 2005.

O passivo situou-se nos 521 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 11 milhões de euros em relação ao ano anterior.

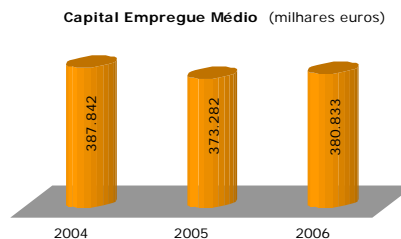
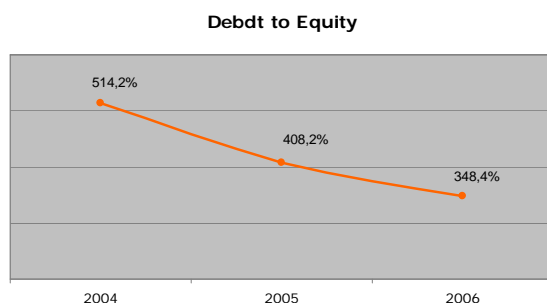
## Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	Milhares de Euros		
	2004	2005	2006
(1) Fundo de Maneio (milhares euros)	-279.220	-202.022	-234.389
(2) Capacidade de Endividamento	125,6%	124,7%	131,2%
(3) Endividamento	59,2%	58,2%	55,2%
(4) Estrutura do Endividamento	42,4%	22,9%	29,6%
(5) Liquidez Geral	17,6%	25,2%	20,7%
(6) Autonomia Financeira	10,0%	12,4%	14,0%
(7) Solvabilidade Total	11,1%	14,1%	16,3%
(8) Rácio da Concessão (autonomia financeira)	25,4%	38,1%	37,8%
(1) - Capitais Permanentes - Activo Fixo			
(2) - Capitais Permanentes / Passivo mlp			
(3) - Capital Alheio / Activo Líquido			
(4) - Capital Alheio CP / Capital Alheio Total			
(5) - Activo Circulante / Passivo Circulante			
(6) - Capital Próprio / Activo Líquido			
(7) - Capital Próprio / Passivo			
(8) - (Capital Social + Prémios emissão acções + reservas + suprimentos)/(imob.líquido corpóreo + imob.líquido incorpóreo)			

Não obstante a empresa continue a manter um elevado ritmo de investimento com a expansão da rede de distribuição e desenvolvimento do negócio, conforme referido no ponto 6.1, tem vindo a melhorar a sua estabilidade financeira ao longo dos últimos anos, como se confirma pela evolução favorável dos principais rácios financeiros, com destaque para o aumento da capacidade de endividamento (+ 6.5 p.p), endividamento (- 3 p.p) e autonomia financeira (+1.6 p.p.), sobretudo devido ao aumento dos capitais próprios e à redução da dívida financeira líquida.

A liquidez geral, que reflecte a capacidade da empresa em solver as suas obrigações de pagamentos, apresenta igualmente uma melhoria de 4.5 p.p face ao ano anterior.

Em termos gerais verificou-se um comportamento favorável de todos os indicadores financeiros, com destaque para o rácio *debt to equity* que tem vindo a reduzir sustentadamente (diminuição de 60 p.p face a 2005), pelos efeitos composto do aumento de resultados e da diminuição da dívida financeira. Este indicador permite enquadrar a via da alavancagem financeira como suporte ao crescimento da empresa.



O capital empregue médio registou um ligeiro acréscimo de 7,6 milhões de euros por via do incremento dos capitais próprios, uma vez que se verificou um decréscimo da dívida financeira líquida conforme evidenciado no quadro seguinte.

## Politica de Financiamento

Milhares de Euros					
1. Dívida Financeira	2004	2005	2006	Variação 2006/05	
				Valor	%
<b>Total Dívida Curto Prazo</b>	<b>39.485</b>	<b>2.381</b>	<b>7.043</b>	<b>4.662</b>	<b>196%</b>
Papel Comercial	0	0	0	0	
Descobertos Bancários	30.885	2.381	7.043	4.662	196%
Linhas de Crédito Renováveis	8.600	0	0	0	
<b>Total Dívida Médio Longo Prazo</b>	<b>129.880</b>	<b>129.880</b>	<b>92.696</b>	<b>-37.184</b>	<b>-29%</b>
Empréstimos Obrigacionistas	49.880	49.880	15.772	-34.107	-68%
Empréstimos Bancários - BEI	80.000	80.000	76.923	-3.077	-4%
Linhas de Crédito Renováveis	0	0	0	0	
<b>Total Passivo Remunerado</b>	<b>169.365</b>	<b>132.261</b>	<b>99.738</b>	<b>-32.522</b>	<b>-25%</b>
Disponibilidades	846	1.135	145	-990	-87%
<b>Total Dívida Financeira Líquida</b>	<b>168.519</b>	<b>131.126</b>	<b>99.593</b>	<b>-31.532</b>	<b>-24%</b>
<b>2. Empréstimos/ Suprimentos Empresas Grupo</b>					
	2004	2005	2006	Variação 2006/05	
				Valor	%
<b>Empréstimos Obtidos</b>	<b>66.000</b>	<b>32.500</b>	<b>44.800</b>	<b>12.300</b>	<b>38%</b>
GDP, SGPS, S.A	66.000	32.500	0	-32.500	-100%
Galp Energia, SGPS, S.A	0	0	44.800	44.800	100%
<b>Suprimentos Obtidos</b>	<b>71.386</b>	<b>142.533</b>	<b>142.533</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
GDP Distribuição, SGPS, S.A	71.386	142.533	142.533	0	0%
<b>Total Empréstimos/Suprimentos</b>	<b>137.386</b>	<b>175.033</b>	<b>187.333</b>	<b>12.300</b>	<b>7%</b>
<b>Total (1+2)</b>	<b>305.905</b>	<b>306.159</b>	<b>286.926</b>	<b>-19.232</b>	<b>-6%</b>

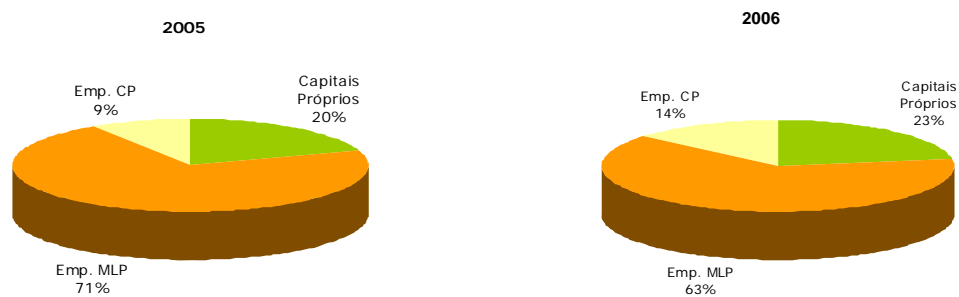
De acordo com a política de financiamento do Grupo, definiu-se como veículo preferencial de financiamento da empresa a GDP Distribuição, otimizando a estrutura financeira com suprimentos de médio e longo prazo.

Relativamente ao Empréstimo Obrigacionista, em 12 de Agosto de 1998, a Lisboagás, procedeu à emissão de 49,9 milhões de euros de obrigações a

taxa variável. De acordo com a Ficha Técnica, se o Estado deixar de deter (directa ou indirectamente) 51% das acções da GDP ou a GDP deixar de ter o controlo da entidade emitente, esta terá de informar os titulares das obrigações. Como o Estado deixou de ser accionista maioritário da Galp Energia, em Janeiro de 2006, após a EDP ter vendido a sua participação à Amorim Energia, foi publicado o anúncio em 22 de Setembro de 2006, pelo que por solicitação dos titulares das obrigações foi exercida opção de reembolso antecipado no montante de 34,1 milhões de Euros e o seu pagamento realizado a 17 de Outubro.

Em matéria de cobertura de risco, a Lisboagás tem a 31 de Dezembro de 2006, derivados financeiros em carteira com o objectivo de cobertura de taxa de juro dos empréstimos obtidos de longo prazo (nomeadamente do empréstimo obrigacionista).

### Estrutura de Capitais



A estrutura de capitais apresenta-se equilibrada, tendo-se verificado um aumento de 13% do capital próprio, uma diminuição de 14% dos empréstimos de médio longo prazo, compensado com um incremento na mesma percentagem dos empréstimos a empresas do grupo de curto prazo.

## Fundos Comunitários

No âmbito dos fundos comunitários de apoio ao investimento, a LisboaGás obteve cerca de 11,8 milhões de Euros de participações, referentes a candidaturas de projectos apresentados, aprovados e executados em anos anteriores.

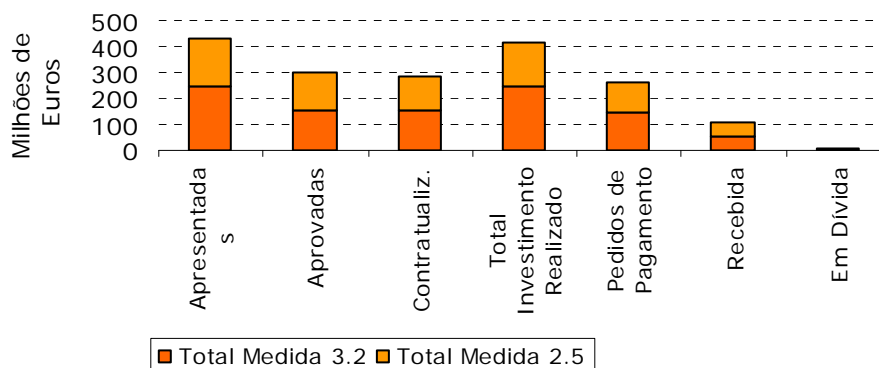
Manteve-se a recuperação dos elevados atrasos registados entre a apresentação e aprovação das candidaturas dos projectos e os reembolsos das participações dos fundos comunitários.

Fundos Comunitários	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Milhares de Euros Acumulado 2006
Candidaturas Apresentadas (*)	161.528	55.908	77.483	23.943	42.603	0	431.662
Candidaturas Aprovadas	60.946	88.897	75.789	32.974	9.420	30.442	298.468
Candidaturas Contratualizadas	60.946	88.447	76.239	32.974	9.420	18.416	286.442
Pedidos de Pagamento Apresentados	54.353	89.395	60.193	26.951	8.767	22.955	262.614
Participações Recebidas	4.641	18.860	40.366	29.489	7.178	11.772	112.306
Participações Pedidas e Ainda Não Recebidas	17.826	37.369	12.361	8.103	5.930	4.749	NA

(\*) Os valores das candidaturas apresentadas em 2002 e 2003 sofreram alterações face aos valores inicialmente candidatados

O montante referente à rubrica de participações pedidas e ainda não recebidas incluiu os seguintes itens: Ordens de pagamento ainda não recebidas em 2006 mas já validadas pelo IAPMEI no valor de 4.749 mil euros.

Valores de Candidaturas



## Fundos de Pensões

A Lisboagás tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e de sobrevivência na parte que exceda as que são concedidas pela segurança Social, bem como reformas antecipadas, calculadas com os critérios definidos no Plano de Pensões.

De acordo com a Avaliação Actuarial efectuada, com referência a 31 de Dezembro de 2006, as responsabilidades com o Plano de Pensões eram as que se apresentam no quadro seguinte.

Milhares de Euros			
Responsabilidades	Afectas ao Fundo de Pensões	Não afectas ao Fundo de Pensões	Total
<b>Responsabilidades a 31/12/2005</b>	31.939	7.073	39.012
Custo dos Serviços Correntes	1.104		1.104
Custo dos Juros	1.334	308	1.642
Benefícios Pagos no Exercício	-1.037	-1.156	-2.193
PR iniciadas durante o ano		2.224	2.224
Ganhos/ Perdas Actuariais do Exercício	-485	1.033	548
<b>Responsabilidades a 31/12/2006</b>	<b>32.855</b>	<b>9.482</b>	<b>42.337</b>

## Responsabilidade com o Plano de Pensões

As responsabilidades indicadas no quadro acima estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo Gás de Portugal e por provisões.

Durante o ano de 2006 a Empresa fez uma contribuição de 2,1 milhões de Euros para o Fundo de Pensões, cujo valor, a preços de mercado e após o pagamento de pensões era, no final do ano, de 22,6 milhões de Euros.

O aumento das responsabilidades verificadas no exercício de 2006, ficou dever-se essencialmente às alterações dos pressupostos actuariais, nomeadamente da tábua de mortalidade, variação da taxa de desconto, reformas antecipadas e/ou pré-reformas e actualização das pensões em pagamento.

O Fundo de Pensões do Grupo Gás de Portugal apresentava em 31 de Dezembro de 2004, 2005 e 2006 a seguinte composição:

## Composição do Fundo de Pensões

Milhares de Euros			
Composição	2004	2005	2006
Obrigações	9.801	10.156	12.113
Acções	4.542	6.345	8.115
Imobiliário	1.325	1.352	497
Numerário	2.799	3.500	2.735
<b>Total</b>	<b>18.467</b>	<b>21.353</b>	<b>23.460</b>

A diferença entre as responsabilidades afectas ao Fundo e o valor deste, que está coberta por provisões, será transferido para o Fundo, de acordo com um Plano de Amortização aprovado pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Para além deste Fundo de Pensões, designado de *Benefício Definido (BD)*, que foi constituído em 1987, em 2003 foi constituído um novo Fundo de Pensões de *Contribuição Definida (CD)* a nível da Galp Energia, tendo aderido 72 colaboradores da Lisboagás.

Durante o exercício de 2006, foram efectuadas contribuições, para o Fundo de Contribuição Definida Galp Energia, no montante de 75 mil euros.

## 8. Perspectivas para o Ano de 2007

O ano de 2007 será caracterizado pela adaptação da Lisboagás ao novo enquadramento legislativo do mercado do gás natural. Esta adaptação terá duas vertentes principais:

- a separação jurídica e contabilística das actividades de distribuição e de comercialização (*unbundling*);
- a renegociação do contrato de concessão com o concedente.

Estas alterações vão provocar importantes alterações no funcionamento da Empresa e as respectivas alterações estruturais e consequente reorganização de recursos, irão constituir um importante desafio que pode igualmente ser aproveitado como uma oportunidade de melhoria para a Empresa.

O processo de entrada no período regulatório, que precede a liberalização completa do mercado para todos os clientes a partir de 2010, vai ainda exigir a adaptação da Empresa às novas exigências dos Regulamentos publicados que trarão, na sua actual redacção, novas exigências em termos de meios operacionais, humanos e de sistemas de informação

Também em 2007 deve ocorrer a mudança para o novo sistema de informação Open SGC que, por si só, e dada a dimensão da Empresa é um processo que envolve significativas perturbações no normal funcionamento da Lisboagás. O seu desenvolvimento, ao mesmo tempo do processo de *unbundling*, leva a um significativo agravamento da sua complexidade e perspectiva um potencial relevante de perturbações da actividade corrente. Confiamos na capacidade dos trabalhadores da Empresa para ultrapassar estes desafios que, infelizmente, vão coincidir temporalmente.

Caso a adaptação ao enquadramento regulatório e às suas exigências se possa fazer sem custos adicionais relevantes esperamos que a Empresa possa melhorar os seus níveis de eficiência operacional.

Por outro lado o plano de desenvolvimento da Empresa foi efectuado não antecipando que a captação de novos clientes e o desenvolvimento da rede de distribuição se pudesse desenvolver em moldes estruturalmente idênticos aos de 2006. Sabemos que este pressuposto contém dúvidas na sua concretização, resultantes da renegociação dos contratos de concessão e da aceitação pela entidade reguladora (ERSE) de propostas de alteração que as actuais Empresa Distribuidoras irão certamente formular, em relação ao novo modo de funcionamento do mercado de gás natural.

O ano de 2007 será ainda um ano com alguma incerteza sobre o impacto no consumo específico dos clientes (e naturalmente na margem bruta do negócio), sobretudo do segmento doméstico, face ao fenómeno do aquecimento global. Se houver uma evolução desfavorável, este facto exercerá uma pressão adicional na redução de custos da Lisboagás com vista à concretização dos objectivos previstos para o EBITDA.

Também em 2007 a Lisboagás irá mudar as suas instalações para as Torres de Lisboa, junto dos serviços centrais da Galp Energia.

A Lisboagás iniciará em 2007 o abastecimento de gás natural ao concelho de Mafra, concretizando um projecto de expansão muito importante e que lhe permitirá colocar o gás natural à disposição da população de mais uma área da concessão da Lisboagás.

Finalmente, o ano de 2007 deverá ser um ano de viragem na relação da Lisboagás com a comunidade em que se envolve. O Conselho de Administração deliberou e está profundamente empenhado em implementar um Plano de Comunicação que permita à nossa Empresa uma postura pró-activa, que, progressivamente, permita alterar a sua imagem junto dos órgãos de comunicação social e de *opinion leaders*, transmitindo e reflectindo as melhorias verificadas nos níveis de satisfação dos nossos clientes.

## **9. Factos Relevantes após o Encerramento do Exercício**

Durante o período entre 1 de Janeiro de 2007 e a data do presente relatório, não ocorreram eventos materialmente relevantes que devam ser objecto de referência.

## 10. Declarações e Menções Obrigatórias

### Lista de Accionistas

(n.º 4 do Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

GDP – Distribuição, SGPS, S.A. 100%

### Acções próprias

(Artigos 66.º alínea d) e 325.º-A n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2006, a LISBOAGÁS GDL – Sociedade de Distribuição de Gás Natural de Lisboa, S.A. não adquiriu nem alienou acções próprias e a 31 de Dezembro de 2006 não era detentora de acções próprias.

### Posição accionista dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização

(n.º 5 do Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Posição accionista a 31 de Dezembro de 2006 dos membros dos órgãos de Administração da Lisboaagás GDL – Sociedade de Distribuição de Gás Natural de Lisboa, S.A. na Galp Energia, SGPS, S.A., holding do grupo no qual a sociedade se insere (nos termos do Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais):

Acções (valor nominal = 5,52€)							
Membros do Órgão de Administração	Aquisição			Alienação			Total a 31.12.2006
	Data	N.º acções	Valor	Data	N.º acções	Valor	
Dr. João Carlos Fevereiro Ferreira de Lima	23.10.2006	380	2.097,60				380
Engº João António Cunha Damasceno Fiadeiro	24.10.2006	4530	25.005,60				4530
Eng. Giovanni Pavan	0	0	0	0	0	0	0
Membros do Órgão de Fiscalização	0	0	0	0	0	0	0

### Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus Administradores

(Artigos 66.º alínea e) e 397.º do Código das Sociedades Comerciais)

Não se registaram em 2006 autorizações a membros do Conselho de Administração da LISBOAGÁS GDL – Sociedade de Distribuição de Gás Natural de Lisboa, S.A. para realização de negócios com a sociedade.

**Prestação de serviços a sociedades do Grupo e posições credoras sobre sociedades participadas**

(n.º 4 Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro)

Ver a Nota 16 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

## 11. Referências Finais

Durante o ano de 2006, o Conselho de Administração da Lisboagás, agradece a cooperação prestada por todos que, individualmente ou colectivamente, contribuíram para os resultados atingidos. É de salientar, com apreço:

- Toda a colaboração empenhada dos accionistas;
- O trabalho realizado e empenhamento demonstrado pelos colaboradores da empresa;
- As instituições financeiras, que continuam a apoiar os Projectos da empresa;
- Os nossos fornecedores, como importantes parceiros de negócio;
- As entidades responsáveis pelo Programa Operacional da Economia, em particular a Delegação Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo;
- As Câmaras Municipais de todos os Concelhos da nossa área de concessão;
- O Revisor Oficial de Contas e os Auditores Externos pelo seu esforço e dedicação com que desempenharam as suas funções.

Por último, e porque são os primeiros, aos nossos clientes, pela preferência e confiança que têm depositado na Lisboagás, gostaríamos de manifestar o nosso reconhecimento e assegurar que tudo faremos para melhorar a qualidade do serviço que lhes prestamos.

## 12. Proposta de aplicação de Resultados

A Lisboagás apurou, no exercício de 2006, um resultado líquido positivo de 9.854.610,32 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e dez euros e trinta e dois cêntimos).

O Conselho de Administração propõe que o resultado apurado seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais:	492.730,52 Euros
Resultados Transitados:	9.361.879,80 Euros

Lisboa, 10 de Março de 2007

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. João Carlos Fevereiro Ferreira de Lima

Vogais: Eng<sup>o</sup> João António Cunha Damasceno Fiadeiro

Dr. Pedro Manuel Pedroso Rodrigues

## Documentos de Prestação de Contas



Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gas Natural de Lisboa, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS		NOTAS	2006	2005	PROVEITOS E GANHOS	NOTAS	2006	2005
Custos das matérias consumidas:					Vendas:			
Mercadorias	41	56,005,585.99		45,974,076.44	Mercadorias	44	140,109,928.76	130,623,478.12
Matérias	41	<u>82,193.10</u>	56,087,779.09	<u>68,538.13</u>	46,042,614.57			
Fornecimentos e serviços externos			23,067,095.73		20,746,133.35	44	<u>2,623,305.91</u>	142,733,234.67
Custos com pessoal:					Prestações de serviços			<u>2,542,614.41</u>
Remunerações		12,479,367.29		10,359,362.00	Variação da produção		42	(186,871.78)
Encargos Sociais:					Trabalhos para a própria empresa			-
Pensões	34	5,162,200.82		3,472,352.63	Proveitos suplementares		16	5,524,509.74
Outros		<u>4,650,172.23</u>	22,291,740.34	<u>3,733,818.25</u>	17,565,532.88	Outros proveitos e ganhos operacionais		30,685.92
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo					Reversões de amortizações e ajustamentos		10 e 21	<u>1,053,032.58</u>
Ajustamentos	21	1,785,870.02		908,443.89	(B)			
Provisões	34	<u>467,560.77</u>	24,732,952.21	<u>186,149.73</u>	25,806,136.88	<u>149,154,591.13</u>		<u>140,432,459.33</u>
Impostos			76,617.11	161,099.74	Outros juros e proveitos similares:			
Outros custos e perdas operacionais			<u>396,543.92</u>	<u>411,789.14</u>	572,888.88	Outros		45
(A)			<u>126,652,728.40</u>	<u>110,733,306.56</u>	(D)		<u>153,328.96</u>	<u>278,566.92</u>
Juros e custos similares:					Proveitos e ganhos extraordinários		46	6,454,554.22
Relativos a empresas do grupo	45	9,938,382.14		7,737,347.19				
Outros	45	<u>4,601,909.42</u>	14,540,291.56	<u>4,476,050.93</u>	12,213,398.12			5,938,362.43
(C)			<u>141,193,019.96</u>	<u>122,946,704.68</u>				
Custos e perdas extraordinários		46	<u>469,584.60</u>	<u>1,762,003.54</u>				
(E)			<u>141,662,604.56</u>	<u>124,708,708.22</u>				
Imposto sobre o rendimento do exercício		6	<u>4,245,259.43</u>	<u>6,429,898.67</u>				
(G)			<u>145,907,863.99</u>	<u>131,138,606.89</u>				
Resultado líquido do exercício			9,854,610.32	15,510,781.79				
			<u>155,762,474.31</u>	<u>146,649,388.68</u>	(F)		<u>155,762,474.31</u>	<u>146,649,388.68</u>

Resultados operacionais (B)-(A)	22,501,862.73	29,699,152.77
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)	(14,386,962.60)	(11,934,831.20)
Resultados correntes (D)-(C)	8,114,900.13	17,764,321.57
Resultados extraordinários	5,984,969.62	4,176,358.89
Resultados antes de impostos (F)-(E)	14,099,869.75	21,940,680.46
Resultado líquido do exercício (F)-(G)	9,854,610.32	15,510,781.79

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração dos Resultados por Naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Drª. Sílvia Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. João Carlos Fevereiro Ferreira de Lima

Dr. Pedro Manuel Pedroso Rodrigues

Eng. João António Cunha Damasceno Fiadeiro

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Vendas e prestações de serviços	44	142,733,234.67	133,166,092.53
Custo das vendas e das prestações de serviços	41	<u>(71,238,810.85)</u>	<u>(60,014,785.84)</u>
<b>Resultados brutos</b>		<b>71,494,423.82</b>	<b>73,151,306.69</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais		6,938,704.55	6,335,500.90
Custos de distribuição		(21,281,238.12)	(21,448,410.83)
Custos administrativos		(19,636,527.37)	(14,326,571.10)
Outros custos e perdas operacionais		<u>(9,028,530.53)</u>	<u>(9,836,313.89)</u>
<b>Resultados operacionais</b>		<b>28,486,832.35</b>	<b>33,875,511.77</b>
Custo líquido de financiamento		<u>(14,386,962.60)</u>	<u>(11,934,831.31)</u>
<b>Resultados correntes</b>		<b>14,099,869.75</b>	<b>21,940,680.46</b>
Impostos sobre os resultados correntes	6	<u>(4,245,259.43)</u>	<u>(6,429,898.67)</u>
<b>Resultados correntes após impostos</b>		<b>9,854,610.32</b>	<b>15,510,781.79</b>
<b>Resultados líquidos</b>		<b>9,854,610.32</b>	<b>15,510,781.79</b>
Resultado por acção		0.821	1.293

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr<sup>a</sup>. Sílvia Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. João Carlos Fevereiro Ferreira de Lima

Dr. Pedro Manuel Pedroso Rodrigues

Eng. João António Cunha Damasceno Fiadeiro

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2006	2005
<b>Actividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		161,277,951.97	141,166,391.12
Pagamentos a fornecedores		(88,473,848.58)	(75,413,169.42)
Pagamentos ao pessoal		(9,281,031.79)	(8,907,058.04)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>63,523,071.60</b>	<b>56,846,163.66</b>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(8,831,538.18)	(4,592,667.41)
Contribuições para o fundo de pensões	18	(2,132,390.01)	(2,377,593.00)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(87,926.74)	(1,433,174.55)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(1,297,746.85)	(2,428,023.39)
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>		<b>51,173,469.82</b>	<b>46,014,705.31</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		11,229.99	257.85
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(35,059.15)	(6,138.33)
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>51,149,640.66</b>	<b>46,008,824.83</b>
<b>Actividades de investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento	47	11,771,949.41	7,178,208.40
		<u>11,771,949.41</u>	<u>7,178,208.40</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas		(27,330,166.61)	(29,882,134.89)
Imobilizações incorpóreas		(10,340,635.06)	(11,569,016.30)
		<u>(37,670,801.66)</u>	<u>(41,451,151.19)</u>
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>(25,898,852.25)</b>	<b>(34,272,942.79)</b>
<b>Actividades de financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		89,000,000.00	102,000,000.00
Juros e proveitos similares		13,374.74	1,692.09
		<u>89,013,374.74</u>	<u>102,001,692.09</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(110,814,080.90)	(79,100,000.00)
Juros de empréstimos obtidos		(3,502,764.51)	(3,646,898.90)
Juros e custos similares		(592,874.95)	(528,715.01)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(1,929,298.47)	(1,669,047.87)
		<u>(116,839,018.83)</u>	<u>(84,944,661.78)</u>
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(27,825,644.09)</b>	<b>17,057,030.31</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(2,574,855.68)	28,792,912.35
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	51	(1,246,150.93)	(30,039,063.28)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	51	(3,821,006.61)	(1,246,150.93)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr.ª. Sílvia Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. João Carlos Fevereiro Ferreira de Lima

Dr. Pedro Manuel Pedroso Rodrigues

Eng. João António Cunha Damasceno Fiadeiro

# LISBOAGÁS GDL - SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL DE LISBOA, S.A.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. ("Empresa") foi constituída em 1 de Julho de 1995. O objecto principal da empresa consiste na obtenção, armazenagem e distribuição de gás combustível canalizado. A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efectuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas, directa ou indirectamente, no todo ou em parte, com o seu objecto ou que sejam susceptíveis de facilitar ou favorecer a sua realização. Este serviço público foi concessionado pelo Estado Português à Lisboagás, em 1993, por um período de 35 anos.

As imobilizações estão, na sua globalidade, afectas à actividade abrangida no contrato de concessão. De acordo com o contrato de concessão celebrado com o Estado Português, caso a concessão seja extinta, opera-se a transmissão das infra-estruturas e outros meios afectos à concessão para o Estado que pagará à Empresa, salvo se a lei disso o desobrigar, uma indemnização correspondente ao valor contabilístico do imobilizado líquido, naquela data.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

### 3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### a) Imobilizações incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição ou produção, líquido das amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas, as quais correspondem à vida útil esperada. A taxa de amortização é de 33,33%, com excepção das despesas de reconversão de consumos para gás natural, cuja taxa de amortização corresponde ao período de utilidade esperada, sendo este o prazo que decorre desde a entrada em exploração até ao final do período de concessão (ano 2028) e das campanhas publicitárias institucionais, as quais são amortizadas entre 16,67% e 20%.

## b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas uniformes, de forma a amortizarem o valor dos bens imobilizados durante a sua vida útil estimada. A partir de 1996 a LisboaGás passou a aplicar taxas mínimas aos bens afectos à distribuição de gás canalizado, por estas corresponderem mais adequadamente à sua vida útil, tendo em conta o contrato de concessão.

Como resultado das reavaliações efectuadas (Nota 13) as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram aumentadas em 2.587.145,09 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em 13.454.577,26 Euros.

As taxas de amortização utilizadas foram as permitidas para efeitos fiscais, e podem resumir-se como segue:

	% anual		
Terrenos e recursos naturais - servidões			2,22
Edifícios e outras construções	2	a	12,50
Equipamento básico	2,22	a	16,67
Equipamento de transporte			25
Ferramentas e utensílios	12,50	a	25
Equipamento administrativo	10	a	25
Taras e vasilhames			20
Outras imobilizações corpóreas	12,50	a	33,33

## c) Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respectivo valor de mercado. O custo é calculado como segue:

- ◆ Matérias-primas, subsidiárias e de consumo e mercadorias: custo de aquisição, incluindo todas as despesas até à entrada em armazém, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.
- ◆ Produtos e trabalhos em curso: custo de produção, incluindo materiais, fornecimentos e serviços externos e gastos gerais.

As diferenças entre o valor por que se encontram registadas as existências, em 31 de Dezembro de 2006, conforme acima mencionado, e o respectivo valor estimado de realização ou de mercado, quando mais baixo, foram reconhecidas na demonstração de resultados do exercício e encontram-se registadas na rubrica de ajustamentos aos valores de existências (Nota 21).

#### **d) Especialização de exercícios**

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e as despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

#### **e) Vendas de gás**

As vendas de gás são registadas na base da facturação esperada pela Empresa sendo estas corrigidas mensalmente dos desvios para a facturação efectiva processada pela EDP Distribuição, S.A. (entidade que procede à emissão da facturação de gás a clientes domésticos) em nome da Empresa.

O preço de venda do gás natural é fixado trimestralmente e de acordo com a formula prevista no contrato de concessão.

#### **f) Pensões de reforma e sobrevivência**

A empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e de sobrevivência na parte que exceda as que são concedidas pela Segurança Social, bem como com reformas antecipadas e pré-reformas, calculadas na base de critérios definidos pelo Grupo.

O Grupo GDP em anos anteriores constituiu um fundo de pensões autónomo ("Fundo de Pensões GDP") para financiar as responsabilidades pelos complementos de pensões de reforma e de sobrevivência, para os empregados no activo, pré-reformados e reformados (Nota 18). Contudo, este Fundo não cobre as responsabilidades com complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à Empresa, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo ou pagamento de pensões de pré-reformas. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de provisões (Nota 34).

No final de cada período contabilístico, a Empresa obtém um estudo actuarial e compara o montante das suas responsabilidades com o valor de mercado do fundo e com o saldo das provisões constituídas de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar.

Até 31 de Dezembro de 2000, a diferença entre as responsabilidades e o valor de mercado do fundo de pensões e provisões específicas resultante do custo com serviços correntes, custo dos juros e ganhos e perdas actuariais, era reconhecida como ganhos ou perdas na demonstração de resultados do exercício respectivo.

A partir de 1 de Janeiro de 2001, os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos actuariais (com excepção da actualização de pressupostos realizada em 2001 como abaixo se indica), ajustamentos de experiência ou no esquema de benefícios

apenas são contabilizados se o líquido acumulado destes ganhos e perdas actuariais não reconhecidos (Desvio Total) no final do período exceder em valor absoluto o maior de: 10% do total das responsabilidades ou de 10% do valor de mercado do fundo, sendo este reconhecido em resultados a partir do exercício subsequente em que apurado, em quotas constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes nesse plano de benefícios. Esta política de contabilização está de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 19.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- ◆ Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- ◆ Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei nº 9/99;
- ◆ Pré-Reformas.

**g) Outros benefícios de reforma – cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência)**

Os encargos a suportar pela Empresa com a prestação de cuidados de saúde, seguros de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência), são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços à Empresa, encontrando-se estas responsabilidades reflectidas no balanço na rubrica de provisões para cuidados de saúde, seguros de vida e outros benefícios de reforma (Nota 34). Os pagamentos aos beneficiários efectuados no decurso de cada exercício são registados como uma redução destas provisões.

No final de cada período contabilístico, a Empresa obtém um estudo actuarial e compara o montante das suas responsabilidades com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar (Nota 34).

Também para os outros benefícios de reforma foi aplicado o conceito de passivo líquido, tal como disposto no ponto 3.f) acima.

**h) Subsídios ao investimento**

Os subsídios atribuídos à Empresa, a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas (reconversões de consumos para gás natural) são registados no passivo, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas e incorpóreas subsidiadas.

**i) Locação financeira**

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b), são registadas como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

**j) Impostos diferidos**

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (Nota 6).

## 6. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa referentes aos anos de 2003 a 2006 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

A Empresa a partir de 31 de Dezembro de 2001, passou a ser tributada através do regime de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Galp Energia, SGPS, S.A.. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa é registada com base nos seus resultados fiscais que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 representa um imposto a pagar à Galp Energia, SGPS., S.A. no montante de 4.818.494,21 Euros (Nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2006 existiam diferenças temporárias que deram origem a impostos diferidos, registados pela Empresa como se segue:

### Impostos diferidos activos (Nota 50)

Relativos a exercícos anteriores:

Por ajustamentos e provisões constituídas não aceites como custo fiscal, líquidas das utilizações e reduções de ajustamentos e provisões dos exercícos anteriores	6.011.378,13
	<u>6.011.378,13</u>

Relativos ao exercício:

Por ajustamentos e provisões constituídas no exercício não aceites como custo fiscal, líquidas das utilizações e reduções de ajustamentos e provisões no exercício de 2006	517.893,46
Pelo efeito da alteração da taxa de IRC	(218.896,05)
	<u>298.997,41</u>
	<u>6.310.375,54</u>

### Impostos diferidos passivos (Nota 50)

Relativos a exercícos anteriores:

Por reavaliação de imobilizações corpóreas	(1.700.422,57)
	<u>(1.700.422,57)</u>

Relativos ao exercício:

Pela amortização no exercício de imobilizações corpóreas reavaliadas	212.404,41
Pelo efeito da alteração da taxa de IRC	61.832,97
	<u>274.237,38</u>
	<u>(1.426.185,19)</u>

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração de resultados, foi apurado como se segue:

Imposto diferido	(573.234,78)
Imposto corrente	4.818.494,21
	<u>4.245.259,43</u>

## 7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante os exercícios de 2006 e 2005 foi 293 e 300 empregados, respectivamente, ascendendo a 287 empregados em 31 de Dezembro de 2006.

## 8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO, DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS E TRESPASSES

A Empresa tem vindo a registar nestas rubricas as seguintes naturezas de custo que, em 31 de Dezembro de 2006, apresentavam os seguintes saldos:

	<u>Valor Bruto</u>	<u>Amortizações Acumuladas</u>	<u>Valor Líquido</u>
Despesas de instalação:			
Campanhas publicitárias do lançamento do gás natural	19.135.736,24	(19.131.747,46)	3.988,78
Estudos	1.415.443,66	(1.385.443,66)	30.000,00
	<u>20.551.179,90</u>	<u>(20.517.191,12)</u>	<u>33.988,78</u>
Despesas de investigação e desenvolvimento:			
Estudos	1.117.773,08	(931.511,62)	186.261,46
	<u>1.117.773,08</u>	<u>(931.511,62)</u>	<u>186.261,46</u>
Propriedade industrial e outros direitos:			
Licenças de utilização	150.353,93	(150.353,93)	-
	<u>150.353,93</u>	<u>(150.353,93)</u>	<u>-</u>
Reconversão de consumos para gás natural:			
Marketing e Comunicação	303.377,14	(47.674,48)	255.702,66
Rec. consumos para gás natural - domésticos	60.868.701,99	(13.678.731,26)	47.189.970,73
Rec. consumos para gás natural - industrial	5.089.341,23	(1.090.823,20)	3.998.518,03
Rec. consumos para gás natural - terciário	1.103.829,07	(240.511,78)	863.317,29
Reconversão consumos para gás natural	152.680.832,11	(26.988.967,02)	125.691.865,09
Estudos	406.859,43	(62.594,32)	344.265,11
Sistemas de informação	3.088,46	(3.088,46)	-
	<u>220.456.029,43</u>	<u>(42.112.390,52)</u>	<u>178.343.638,91</u>
	<u>242.275.336,34</u>	<u>(63.711.447,19)</u>	<u>178.563.889,15</u>

A rubrica de campanhas publicitárias refere-se a despesas com publicidade institucional, destinadas ao lançamento da marca e angariação de clientes na fase inicial de arranque do negócio de distribuição de gás natural. Estas despesas são amortizadas num período de 5 anos.

As despesas com "reconversão de consumos para gás natural" refere-se a despesas incorridas com a adaptação de infra-estruturas e equipamentos (da empresa e dos clientes) para o consumo de gás natural e são amortizadas durante o período do contrato de concessão até 2028.

## 10. MOVIMENTO NO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o movimento ocorrido nas rubricas de imobilizações incorpóreas, corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	ACTIVO BRUTO					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Abates e Alienações	Transfer. e Regularizações	
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação	20.551.179,90	-	-	-	-	20.551.179,90
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.117.773,08	-	-	-	-	1.117.773,08
Propriedade industrial e outros direitos	150.353,93	-	-	-	-	150.353,93
Reconversão de consumos para gás natural	204.261.453,29	-	(72.791,06)	(125.000,00)	16.392.367,20	220.456.029,43
Imobilizações em curso	10.556.258,30	6.999.517,66	-	-	(16.453.781,00)	1.101.994,96
	<u>236.637.018,50</u>	<u>6.999.517,66</u>	<u>(72.791,06)</u>	<u>(125.000,00)</u>	<u>(6.143,80)</u>	<u>243.377.331,30</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais	6.299.493,69	249,40	(27.972,08)	-	798.258,66	7.070.029,67
Edifícios e outras construções	8.531.282,45	52.831,29	-	-	-	8.584.113,74
Equipamento básico	502.603.656,44	152.860,35	-	(6.411.422,22)	37.608.970,75	533.954.065,32
Equipamento de transporte	1.630.975,11	-	-	(448.216,57)	-	1.182.758,54
Ferramentas e utensílios	412.865,36	7.627,22	-	-	-	420.492,58
Equipamento administrativo	7.951.207,04	80.354,71	-	(1.179,32)	48.477,58	8.078.860,01
Taras e vasilhame	44.720,35	-	-	-	-	44.720,35
Outras imobilizações corpóreas	4.092.539,03	3.558,00	-	-	468.589,52	4.564.686,55
Imobilizações em curso	24.458.382,74	21.113.965,82	-	-	(38.825.578,91)	6.746.769,65
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas	197.575,88	12.401,87	(207.221,17)	-	-	2.756,58
	<u>556.222.698,09</u>	<u>21.423.848,66</u>	<u>(235.193,25)</u>	<u>(6.860.818,11)</u>	<u>98.717,60</u>	<u>570.649.252,99</u>
	<u>792.859.716,59</u>	<u>28.423.366,32</u>	<u>(307.984,31)</u>	<u>(6.985.818,11)</u>	<u>37.304,00</u>	<u>814.026.584,29</u>

A diminuição no montante de 207.221,17 Euros incluído na rubrica de adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas diz respeito a transferências efectuadas para outras rubricas de imobilizações corpóreas, em virtude de no exercício de 2006 a Empresa ter concretizado as respectivas aquisições, para as quais tinha efectuado adiantamentos no decurso de exercícios anteriores.

As transferências e regularizações incluem o montante de 131.502,68 Euros referente a reversões de amortizações.

	Amortizações Acumuladas				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Abates e Alienações	Transferências	
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação	19.641.462,72	875.728,40	-	-	20.517.191,12
Despesas de investigação e de desenvolvimento	745.216,08	186.295,54	-	-	931.511,62
Propriedade industrial e outros direitos	150.353,93	-	-	-	150.353,93
Reconversão de consumos para gás natural	33.823.827,42	8.303.941,38	(15.378,28)	-	42.112.390,52
	<u>54.360.860,15</u>	<u>9.365.965,32</u>	<u>(15.378,28)</u>	<u>-</u>	<u>63.711.447,19</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Terrenos e recursos naturais	925.962,48	153.839,61	-	-	1.079.802,09
Edifícios e outras construções	6.809.323,77	378.321,83	-	-	7.187.645,60
Equipamento básico	169.063.353,87	11.956.836,09	(6.451.608,50)	57.899,36	174.626.480,82
Equipamento de transporte	1.637.362,92	6.082,19	(460.686,57)	-	1.182.758,54
Ferramentas e utensílios	325.440,94	37.162,06	-	-	362.603,00
Equipamento administrativo	7.720.422,44	147.648,17	(1.293,32)	-	7.866.777,29
Taras e vasilhame	44.720,35	-	-	-	44.720,35
Outras imobilizações corpóreas	3.675.904,62	433.666,15	-	-	4.109.570,77
	<u>190.202.491,39</u>	<u>13.113.556,10</u>	<u>(6.913.588,39)</u>	<u>57.899,36</u>	<u>196.460.358,46</u>
	<u>244.563.351,54</u>	<u>22.479.521,42</u>	<u>(6.928.966,67)</u>	<u>57.899,36</u>	<u>260.171.805,65</u>

O valor líquido do Imobilizado a 31 de Dezembro de 2006 é de 553.854.778,70 Euros.

## 12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas immobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei 22/92, de 14 de Fevereiro, no âmbito do Decreto-Lei 132/95, de 6 Junho
- Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro

O Decreto-Lei n.º 132/95 de 6 de Junho, que determina a constituição de novas sociedades com capital realizado por entradas em espécie mediante transmissão de partes do património da GDP, SGPS, S.A., dispõe, no seu artigo 2º, que se promovesse a avaliação do património da GDP.

O Conselho de Administração da GDP, SGPS, S.A., promoveu a realização de duas avaliações independentes do immobilizado da Empresa, tendo em vista a sua reavaliação nos termos do Decreto-Lei n.º 22/92, de 14 de Fevereiro.

A reavaliação incidiu sobre a totalidade dos activos corpóreos immobilizados na GDP, com excepção dos activos totalmente reintegrados e já anteriormente reavaliados nessa qualidade e dos veículos, que se encontravam na quase totalidade em regime de aluguer de longa duração ou locação financeira.

Esta avaliação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 22/92, releva para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 132/95 as operações de avaliação, reavaliação e destaque fizeram-se prevalecendo a neutralidade fiscal.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de Fevereiro, procedeu-se à reavaliação dos bens do activo immobilizado tendo em consideração o disposto no referido Decreto-Lei.

## 13. VALORES LÍQUIDOS DE IMOBILIZAÇÕES

O detalhe dos custos históricos de aquisição das immobilizações e correspondentes reavaliações (líquidos de amortizações) em 31 de Dezembro de 2006 é o seguinte:

	<u>Custo histórico</u>	<u>Reavaliação</u>	<u>Valores contabilísticos reavaliados</u>
Imobilizações corpóreas:			
Edifícios e outras construções	311.681,85	(14.367,07)	297.314,78
Equipamento básico	53.574.399,06	64.092.319,63	117.666.718,69
Equipamento administrativo	905.926,26	1.155.694,87	2.061.621,13
Outras immobilizações corpóreas	36.403,92	3.362,46	39.766,38
	<u>54.828.411,09</u>	<u>65.237.009,89</u>	<u>120.065.420,98</u>
Amortizações acumuladas			(79.086.181,99)
Valor líquido contabilístico			<u>40.979.238,99</u>

#### 14. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS, INCORPÓREAS E EM CURSO (INFORMAÇÕES ADICIONAIS)

A repartição das imobilizações em curso (incluindo adiantamentos) corpóreas e incorpóreas, em 31 de Dezembro de 2006, por projectos de investimentos é como segue:

	<u>2005</u>	<u>2006</u>
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Sintra	5.984.808,26	746.658,18
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho da Amadora	1.948.416,16	145.855,88
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Cascais	5.943.829,21	1.129.952,38
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Oeiras	3.794.959,38	186.331,95
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Lisboa	1.980.980,84	315.412,67
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Odivelas	1.322.881,39	187.627,43
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Loures	1.547.835,89	188.196,84
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Vila Franca de Xira	1.240.721,44	187.450,75
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Mafra	417.394,01	466.882,74
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Torres Vedras	894.843,53	66.099,30
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Azambuja	152.914,08	49.341,08
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Arruda dos Vinhos	51.841,63	832,96
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Sobral de Mte. Agraço	22.265,24	137,58
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Alenquer	489.159,69	22.520,86
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho da Lourinhã	80.239,94	110,27
Outros investimentos	9.339.126,23	4.158.110,38
	<u>35.212.216,92</u>	<u>7.851.521,25</u>

Adicionalmente, a Empresa, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 possuía imobilizações corpóreas, incorpóreas e em curso implantadas em propriedade alheia detalhada como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Contadores de Gás Natural/Propano	49.782.303,50	42.735.016,60
Instalações e Redes de Gás Natural/Propano	397.839.207,42	377.729.304,82
Rede Primária	33.892.252,26	33.879.816,54
Servidões	5.952.125,61	5.181.589,63
<b>TOTAL</b>	<u><b>487.465.888,79</b></u>	<u><b>459.525.727,59</b></u>

#### 15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

As imobilizações corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e aluguer de longa duração incluídas no balanço são as seguintes:

<u>Rubricas</u>	Activo	Amortizações	Activo
	Bruto	Acumuladas	Líquido
Equipamento transporte	824.353,67	824.353,67	-
	<u>824.353,67</u>	<u>824.353,67</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, as responsabilidades com contratos de locação financeira ascendiam a 389.075,91 Euros, dos quais 317.333,03 Euros a médio e longo prazo.

## 16. EMPRESAS DO GRUPO

Os saldos em 31 de Dezembro de 2006 e as transacções efectuadas durante o exercício findo naquela data com as principais empresas do grupo são os seguintes:

	Activo			
	Cientes	Empresas do	Outros	Acréscimos
	conta	Grupo	devedores	de proveitos
	Corrente		(Nota 49)	(Nota 50)
GALP ENERGIA, SGPS, S.A.	-	3.013,36	-	2.877,61
GALP ENERGIA, S.A.	824,61	-	84.719,15	67.118,92
GÁSFOMENTO - Sistemas Instalação de Gás, S.A.	16.794,18	-	32.906,00	8.159,52
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	(14.963,94)	-	-	-
GDP DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.	76.139,08	-	-	96.681,36
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - Petrolgal, S.A.	-	-	3.894,33	18.614,64
TAGUSGÁS - Emp. de Gás do Vale do Tejo, S.A.	-	-	27.778,77	16.043,52
TRANSGÁS - Soc. Portuguesa Gás Natural, S.A.	620.257,80	-	40.753,93	7.842,60
	<u>704.649,63</u>	<u>3.013,36</u>	<u>209.212,31</u>	<u>249.550,49</u>

	Passivo						
	Fornecedores	Fornecedores	Fornecedores	Empresas do	Empresas do	Proveitos	
	conta	facturas em recepção	Fornecedores	grupo	grupo a médio	Acréscimos	
	Corrente	e conferência	imobilizado	a curto prazo	e longo prazo	de custos	Diferidos
						(Nota 50)	
GALP ENERGIA, SGPS, S.A.	76,63	-	-	47.817.746,62	-	472.023,25	-
GALP ENERGIA, S.A.	685.633,26	-	-	-	-	297.717,21	-
GÁSFOMENTO - Sistemas Instalação de Gás, S.A.	34.260,48	-	354.385,54	-	-	-	-
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	252.809,79	-	-	-	-	-	-
GDP DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.	373.026,06	-	-	8.713.639,50	142.532.730,44	430.638,89	-
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - Petrolgal, S.A.	281.790,49	(6.956,98)	-	-	-	-	-
TAGUSGÁS - Emp. de Gás do Vale do Tejo, S.A.	7.981,12	-	-	-	-	-	-
TRANSGÁS - Soc. Portuguesa Gás Natural, S.A.	4.338.421,42	5.828.340,45	38.774,16	-	-	11.566,32	778.807,80
	<u>5.973.999,25</u>	<u>5.821.383,47</u>	<u>393.159,70</u>	<u>56.531.386,12</u>	<u>142.532.730,44</u>	<u>1.211.945,67</u>	<u>778.807,80</u>

Do montante de 47.817.746,62 Euros a pagar à Galp Energia, SGPS, S.A., o montante de 44.800.000,00 Euros é referente a empréstimos contraídos e o montante de 3.017.746,62 Euros é relativo ao imposto a pagar líquido de pagamento por conta no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades. O montante de 3.017.746,62 Euros inclui a estimativa de imposto sobre lucros do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 no montante de 4.818.494,21 Euros (Nota 6).

Os empréstimos obtidos de empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado. O Conselho de Administração entende que o montante de 142.532.730,44 Euros a pagar à GDP Distribuição, SGPS, S.A. não será reembolsado em 2007 pelo que se encontra classificado no médio e longo prazo.

	Transacções							
	Compras	Fornecimentos e serviços externos	Juros suportados (Nota 45)	Aquisições de Imobilizado	Custos com pessoal	Custos extraordinários	Proveitos suplementares	Proveitos e ganhos extraordinários
BEIRAGÁS - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	-	-	-	-	-	-	48.550,27	-
DRIFTAL - Plásticos de Portugal, S.A.	-	-	-	-	-	-	49.590,00	-
DIANAGÁS, S.A.	-	-	-	-	-	-	100.549,11	-
GALP ENERGIA, SGPS, S.A.	-	308.123,99	873.351,78	-	-	215.771,70	268.750,83	-
GALP POWER, SGPS, S.A.	-	332,72	-	-	-	-	-	-
GALP ENERGIA, S.A.	-	3.140.207,46	-	-	166.589,90	-	871.597,31	-
GÁSFOMENTO - Sistemas Instalação de Gás, S.A.	-	49.526,35	-	1.837.953,29	-	-	403.678,04	-
GDP DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.	-	2.839.709,96	8.789.466,91	-	-	-	1.221.008,05	-
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	-	792.448,89	275.563,45	-	-	-	-	-
LUSITANIAGÁS - Companhia Gás do Centro, S.A.	-	6.400,96	-	-	-	-	74.383,17	-
MEDIGÁS - Soc. Dist. Gás Natural do Algarve, S.A.	-	-	-	-	-	-	83.526,36	-
PETROLEOS DE PORTUGAL - Petrogal, S.A.	1.490.867,98	264.145,66	-	600,00	-	-	133.515,14	854,66
SETGÁS - Soc. Produção e Distribuição Gás, S.A.	-	-	-	-	-	-	17.897,76	-
SOTURIS - Soc. Imobiliária e Turística, S.A.	-	368.367,69	-	-	-	-	-	-
TAGUSGÁS - Emp. de Gás do Vale do Tejo, S.A.	-	-	-	-	-	-	171.981,35	-
TRANSGÁS - Soc. Portuguesa Gás Natural, S.A.	53.728.437,57	220.987,41	-	-	-	-	696.641,79	-
	<u>55.219.305,55</u>	<u>7.990.251,09</u>	<u>9.938.382,14</u>	<u>1.838.553,29</u>	<u>166.589,90</u>	<u>215.771,70</u>	<u>4.141.669,18</u>	<u>854,66</u>

A rubrica de fornecimentos e serviços externos respeita essencialmente a:

- serviços prestados pela Galp Energia, S.A. no montante de 3.140.207,46 Euros que respeitam essencialmente a serviços com o centro de atendimento a clientes no montante de 197.599,95 Euros, serviços de comunicação e transmissão de dados no montante de 133.333,22 Euros, serviços informáticos no montante de 802.357,48 Euros e serviços financeiros, contabilísticos e outros no montante de 1.840.103,22 Euros;
- serviços de gestão prestados pela GDP Distribuição, SGPS, S.A. no montante de 2.839.601,06 Euros, e aquisição de manuais técnicos de Instalações de Gás Natural para Clientes Domésticos no montante de 108,90 Euros;
- serviços de gestão prestados pela GDP – SGPS,S.A. no montante de 792.448,89 Euros

A rubrica de proveitos suplementares respeita essencialmente a pessoal cedido pela Empresa.

## 18. FUNDO DE PENSÕES

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e de sobrevivência na parte que exceda as que são concedidas pela Segurança Social, calculadas na base de critérios definidos pelo Grupo.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa efectuou uma dotação para o Fundo de Pensões no montante de 2.132.390,01 Euros, a qual corresponde ao máximo entre o Custo do Ano e a soma da Contribuição normal e a amortização do défice, de acordo com Plano de Financiamento apresentado ao ISP.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Fundo de Pensões GDP apresentava a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Disponibilidades, contas a receber e a pagar	2.735.503,00	3.499.865,00
Obrigações	<b>12.112.619,00</b>	<b>10.156.109,00</b>
Obrigações - taxa fixa euro	9.002.413,00	8.571.134,00
Obrigações - taxa variável euro	1.421.306,00	1.035.067,00
Outras Obrigações - não euro	1.688.900,00	549.908,00
Acções	<b>8.115.356,00</b>	<b>6.345.344,00</b>
Europa	4.556.466,00	3.103.474,00
Outras	3.558.890,00	3.241.870,00
Fundos de investimento		
Imobiliários	496.860,00	1.351.993,00
	<u><u>23.460.338,00</u></u>	<u><u>21.353.311,00</u></u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o Fundo de Pensões GDP teve a seguinte evolução, na parte afectada à Empresa:

	<u>2006</u>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>20.480.307,00</b>
Dotação efectuada no exercício (Nota 34)	2.132.390,01
Rendimento estimado do fundo durante o exercício (Nota 34)	847.455,00
Ganhos/(perdas) actuariais	140.107,21
Pensões pagas no exercício	(1.036.849,22)
<b>Saldo final</b>	<b><u><u>22.563.410,00</u></u></b>

Os pressupostos utilizados para cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pela Empresa e pela entidade especializada em estudos actuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões. A saber:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Tábua de mortalidade activos e pré-reformados	TV88/90	TV88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV88/90	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%
Taxa de rendimento dos activos	5,00%	4,25%
Taxa técnica de actualização	4,60%	4,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento dos salários para efeitos de Segurança Social	2,00%	2,00%
Idade normal de reforma	65	65

Método	2006	2005
	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada
<b>Responsabilidades e respectivas coberturas:</b>		
<b>Responsabilidades Afectas ao Fundo de Pensões:</b>		
Activos	20.635.188,00	21.642.512,00
Pré-reformados	1.961.506,06	803.702,82
Reformados	10.258.568,54	9.492.955,00
	<b>32.855.262,60</b>	<b>31.939.169,82</b>
<b>Coberturas afectas ao Fundo de Pensões:</b>		
Pelo Património do Fundo de Pensões	22.563.410,00	20.480.307,00
Por Provisões (Nota 34)	5.357.442,96	5.324.515,82
Ganhos e perdas não reconhecidos	4.934.409,64	6.134.347,00
	<b>32.855.262,60</b>	<b>31.939.169,82</b>
<b>Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:</b>		
Reformados EDP	7.159.430,24	6.776.585,60
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	295.841,08	295.841,08
Pré-reformas	2.026.692,00	-
	<b>9.481.963,32</b>	<b>7.072.426,68</b>
<b>Coberturas por Provisões (Nota 34):</b>		
Reformados EDP	5.340.036,28	5.875.338,60
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	273.330,08	273.330,08
Pré-reformas	1.955.235,00	-
Sub Total	<b>7.568.601,36</b>	<b>6.148.668,68</b>
<b>Ganhos e Perdas não Reconhecidos:</b>		
Reformados EDP	1.819.393,96	901.247,00
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	22.511,00	22.511,00
Pré-reformas	71.457,00	-
Sub Total	<b>1.913.361,96</b>	<b>923.758,00</b>
<b>Total</b>	<b>9.481.963,32</b>	<b>7.072.426,68</b>

A evolução nas responsabilidades da Empresa com Pensões e custos contabilizados no exercício de 2006 foi como segue:

	Afectas ao fundo de pensões	Não afectas ao fundo de pensões	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	31.939.169,82	7.072.426,68	39.011.596,50
Custo dos Serviços correntes	1.104.012,00	-	1.104.012,00
Custo dos Juros	1.334.457,00	308.204,00	1.642.661,00
Benefícios pagos no exercício (Nota 34)	(1.036.849,22)	(1.156.180,36)	(2.193.029,58)
Pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no ano	-	2.224.239,00	2.224.239,00
(Ganhos)/Perdas Actuariais do exercício	(485.527,00)	1.033.274,00	547.747,00
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	<b>32.855.262,60</b>	<b>9.481.963,32</b>	<b>42.337.225,92</b>
isto do exercício de 2006			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	2.438.469,00	308.204,00	2.746.673,00
Mecanismo do corredor	574.303,00	43.670,00	617.973,00
Pré-Reformas e reformas antecipadas iniciadas no ano	-	1.209.888,04	1.209.888,04
Retorno esperado dos activos	(847.455,00)	-	(847.455,00)
	<b>2.165.317,00</b>	<b>1.561.762,04</b>	<b>3.727.079,04</b>

Os custos dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2006, no montante de 2.746.673,00 Euros, foi registado pela Empresa na rubrica de custos com o pessoal.

Durante 2006 procederam-se a alterações nos Pressupostos Actuarias nomeadamente a taxa de desconto que passou de 4,25% para 4,60% e a tábua de mortalidade dos reformados que passou da TV 73/77 para a TV 88/90.

O efeito da alteração da taxa de desconto em 25 pontos base, mantendo tudo o resto constante tem um impacto de -3,6% nas responsabilidades por serviços passados afectas ao Fundo de Pensões e de -1,4%, nas responsabilidades por serviços passados não afectas ao Fundo de Pensões.

No conjunto das responsabilidades afectas e não afectas ao Fundo, registaram-se perdas actuariais de 547.747 Euros. Relativamente às alterações de pressupostos, os ganhos por alteração da taxa de desconto mais que compensaram as perdas por alteração da Tábua de mortalidade, o que resultou num ganho actuarial líquido por alteração de pressupostos de 82.686 Euros. A este ganho actuarial acresceram perdas de 630.433 Euros, que correspondem a desvios do real face aos pressupostos.

Como mencionado na Nota 3.f), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras pelo total do desvio acumulado – não reconhecido. A parte que ultrapassa os limites definidos no “corredor” de 10%, será amortizada, a partir do exercício subsequente em que apurado, conforme a seguir descrito.

Benefícios	Ganhos e perdas não reconhecidas	Intervalo de "Corredor" (10%)	Excesso para o intervalo de corredor	Valor a reconhecer em 2007
Complemento de reforma (Fundo)	4.934.409,64	3.285.526,26	1.648.883,38	340.678,38
Reformados da EDP	1.819.393,96	715.943,02	1.103.450,94	227.985,73
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	22.511,00	29.584,11	-	-
Pré-reformas	71.457,00	202.669,20	-	-

A totalidade de ganhos e perdas não reconhecidos, se superiores em valor absoluto ao intervalo de corredor (10% o valor das responsabilidades) seriam custo do ano seguinte em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste planos que à data de 31 de Dezembro de 2006 é de 4,84 anos. Deste modo, no exercício de 2007 será contabilizado um custo de 568.664,11 Euros derivado da amortização do excesso de corredor do complemento de reforma.

## 21. AJUSTAMENTOS AOS VALORES DOS ACTIVOS CIRCULANTES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos ao activo circulante:

	Saldo inicial	Reforço	Redução	Saldo final
<b>Existências:</b>				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	49.206,49	-	(4.285,45)	44.921,04
	<u>49.206,49</u>	<u>-</u>	<u>(4.285,45)</u>	<u>44.921,04</u>
<b>Dividas de terceiros:</b>				
Clientes de cobrança duvidosa (Nota 23)	4.834.995,92	1.785.870,02	(3.307.985,01)	3.312.880,93
	<u>4.834.995,92</u>	<u>1.785.870,02</u>	<u>(3.307.985,01)</u>	<u>3.312.880,93</u>
	<u>4.884.202,41</u>	<u>1.785.870,02</u>	<u>(3.312.270,46)</u>	<u>3.357.801,97</u>

As reduções ocorridas durante o exercício de 2006 nas rubricas de ajustamentos no montante de 3.312.270,46 Euros, foram registados como se segue:

- ◆ 3.307.985,01 Euros, relativo aos ajustamentos de dívidas de clientes por contrapartida de:

Utilização directa	2.390.740,56
Reversão de ajustamento de dívidas de clientes	917.244,45
	<u>3.307.985,01</u>

- ◆ 4.285,45 Euros, relativos a ajustamentos de existências por contrapartida da rubrica de reversões de amortizações e ajustamentos.

### 23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2006	2005
Clientes de cobrança duvidosa	3.764.510,06	5.327.941,24
Ajustamentos de dívidas de clientes de cobrança duvidosa (Nota 21)	(3.312.880,93)	(4.834.995,92)
	<u>451.629,13</u>	<u>492.945,32</u>

Estas dívidas encontram-se ajustadas atendendo às expectativas de realização daquelas contas a receber.

### 25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas relacionadas com o pessoal:

	2006	2005
<b>Saldos Activos (Nota 49):</b>		
Remunerações a pagar aos órgãos sociais	-	12.060,85
Outros adiantamentos ao pessoal	16.634,59	87.989,71
Adiantamentos por conta de rescisões	95.657,66	95.657,66
Outras operações com órgãos sociais	651,87	651,87
Outras operações com pessoal	106.189,78	204.406,11
	<u>219.133,90</u>	<u>400.766,20</u>
<b>Saldos Passivos (Nota 49):</b>		
Remunerações a pagar ao pessoal	(14.595,33)	(37.735,21)
Adiantamentos aos órgãos sociais	(5.069,95)	(5.069,95)
Adiantamentos ao pessoal	(14.771,03)	(14.771,03)
Outras operações com pessoal	(29.421,32)	(87.473,90)
	<u>(63.857,63)</u>	<u>(145.050,09)</u>
<b>Saldo Final</b>	<u>155.276,27</u>	<u>255.716,11</u>

## 28. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e Outros Entes Públicos.

Os saldos com estas entidades apresentavam a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Saldos Activos</b>		
IVA - Reembolsos pedidos	4.848.772,36	6.233.135,92
IRC - Pagamentos por conta	1.496,39	1.496,39
Outros	13.011,76	13.011,76
	<u>4.863.280,51</u>	<u>6.247.644,07</u>
<b>Saldos Passivos</b>		
IRS - Retenção imposto	(148.721,01)	(141.119,46)
IRC - Retenção Royalties e Assistência	(1.053,00)	-
IRC - Retenção Rendimentos Prediais	-	(1.790,77)
Imposto de selo	(16.805,00)	(15.700,00)
Instituições de previdência	(238.292,90)	(226.333,57)
	<u>(404.871,91)</u>	<u>(384.943,80)</u>
<b>Saldo Final</b>	<u><u>4.458.408,60</u></u>	<u><u>5.862.700,27</u></u>

## 29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2006, as dívidas a terceiros a mais de cinco anos eram constituídas por empréstimos bancários no montante de 52.307.668,28 Euros (Nota 48).

## 31. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Existem contratos de derivados financeiros destinados a cobrir a exposição do risco de negócios, nomeadamente taxas de juros de empréstimos contraídos.

Os instrumentos financeiros derivados em carteira, em 31 de Dezembro de 2006, apresentam as seguintes características:

TIPO DE DERIVADO	TAXA DE JURO	VALOR NOMINAL	MATURIDADE	JUSTO VALOR DE DERIVADOS EM EUROS
Collar	Paga Cap4% e Floor2,5% + 45pb de prémio. Recebe Euribor 6m	15.000.000,00	2008	(85.509,00)
Swap de taxa de juro	Paga 4,07%. Recebe Euribor 6m	25.000.000,00	2008	(98.270,00)
<b>Total</b>		<b>40.000.000,00</b>		<b>(183.779,00)</b>

Nota: Justo valor em parêntesis indica uma valorização de uma perda nesta data (31.12.2006) e não na maturidade

O justo valor dos mesmos foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites. O justo valor em 31 de Dezembro de 2006 não indica perda ou ganho futuro, uma vez que este poderá ser reversível.

Contudo, a Empresa segue o princípio do custo histórico, razão pela qual não procedeu à contabilização destes derivados ao justo valor.

## 32. GARANTIAS PRESTADAS

No final do exercício de 2006 as responsabilidades prestadas mais significativas são as seguintes:

- ◆ 7.750.736,39 Euros constituída a favor do Tribunal Administrativo Fiscal, anteriormente designado por Tribunal Tributário de 1ª Instância de Lisboa – 5º juízo – 1ª secção, destinada a servir de caução ao pagamento exigido pela Câmara Municipal de Lisboa (conforme referido na Nota 52).
- ◆ 997.595,79 Euros referentes a garantias prestadas ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de exploração da rede de distribuição regional de Gás Natural de Lisboa.
- ◆ 15.018.720,49 Euros referentes a garantias prestadas a Câmaras Municipais (conforme referido na Nota 52).
- ◆ 80.000.000,00 Euros referente ao empréstimo do BEI garantidos por bancos da seguinte forma:

BPI	25%
BCP	25%
CGD	25%
BBVA	25%

## 34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Os aumentos ocorridos durante o exercício de 2006 nas rubricas de provisões no montante de 6.237.805,26 Euros, tiveram as seguintes contrapartidas:

- ◆ 3.855.467,67 Euros, relativos a provisões para pensões por contrapartida de:

Custos com pessoal, pelo custo dos juros e dos serviços correntes (Nota 18)	2.746.673,00
Custos com pessoal, pela amortização do excesso do corredor (Nota 18)	617.973,00
Custos com pessoal, pelas pré-reformas iniciadas no ano (Nota 18)	1.209.888,04
Custo com pessoal, por parte do retorno estimado dos activos do fundo (Nota 18)	(847.455,00)
Custos e perdas extraordinários, outras regularizações (Nota 46)	128.888,63
	3.855.967,67

Rubrica	Saldo				Saldo final
	inicial	Aumentos	Redução	Transferência	
Provisões para pensões:					
Com reformas antecipadas	-	-	-	-	-
Com pré-reformas	-	1.377.508,49	(279.457,06)	857.183,61	1.955.235,04
Cobertas pelo Fundo de Pensões (Nota 18)	5.324.515,82	2.165.317,14	(2.132.390,00)	-	5.357.442,96
Regime especial de flexibilização da idade de reforma (Nota 18)	273.330,08	-	-	-	273.330,08
Com reformados EDP (Nota 18)	5.875.338,60	313.142,04	(876.723,31)	28.278,95	5.340.036,28
	<u>11.473.184,50</u>	<u>3.855.967,67</u>	<u>(3.288.570,37)</u>	<u>885.462,56</u>	<u>12.926.044,36</u>
Outros benefícios de reforma:					
Cuidados de saúde e seguro de vida	7.726.702,00	1.342.797,00	(533.002,34)	-	8.536.496,66
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	202.639,18	17.479,86	-	-	220.119,04
	<u>7.929.341,18</u>	<u>1.360.276,86</u>	<u>(533.002,34)</u>	<u>-</u>	<u>8.756.615,70</u>
Outras provisões:					
Processos judiciais em curso (Nota 52)	9.852.627,39	305.318,73	-	-	10.157.946,12
Reestruturação	892.670,12	-	(7.207,56)	(885.462,56)	-
Gasómetro da Matinha	86.842,16	-	(28.942,80)	(57.899,36)	-
Outros	302.149,73	716.242,00	-	-	1.018.391,73
	<u>11.134.289,40</u>	<u>1.021.560,73</u>	<u>(36.150,36)</u>	<u>(943.361,92)</u>	<u>11.176.337,85</u>
	<u>30.536.815,08</u>	<u>6.237.805,26</u>	<u>(3.857.723,07)</u>	<u>(57.899,36)</u>	<u>32.858.997,91</u>

O custo dos juros e dos serviços correntes reconhecidos no ano no montante de 2.746.673,00 Euros, inclui 38.731,82 Euros referentes ao custo dos juros das responsabilidades por Pré-reformas iniciadas no ano.

- ◆ 1.342.797,00 Euros, relativos a provisões para cuidados de saúde e seguro de vida por contrapartida de:

Custos com pessoal, pelo custo dos juros e dos serviços correntes	749.196,00
Custos com pessoal, pela amortização do excesso do corredor	593.601,00
	<u>1.342.797,00</u>

- ◆ 17.479,86 Euros, relativo ao custo dos juros e custo dos serviços correntes para benefício mínimo do plano de contribuição definida, por contrapartida de custos com o pessoal.
- ◆ 303.709,96 Euros, relativos a provisões para outros riscos e encargos, referentes a juros moratórios de 2006, de processos judiciais relacionados com taxas de ocupação de subsolo e 1.609,77 Euros referentes a taxas de fixação de publicidade, por contrapartida de provisões do exercício (Nota 52).
- ◆ 716.242,00 Euros, relativos a outras provisões foi registado por contrapartida de:

Custos com o pessoal	554.000,00
Provisões do exercício	162.242,00
	<u>716.242,00</u>

As reduções ocorridas durante o exercício de 2006 nas rubricas de provisões no montante de 3.857.723,07 Euros, foram registados como se segue:

- ◆ 3.288.570,37 Euros, relativos a provisões para pensões, por contrapartida de:

Dotação do exercício de 2006 para o fundo de pensões (Nota 18)	2.132.390,01
Benefícios pagos não afectos ao fundo pensões (Nota 18)	<u>1.156.180,36</u>
	<u><u>3.288.570,37</u></u>

- ◆ 533.002,34 Euros, relativos a provisões para cuidados de saúde e seguros de vida, por contrapartida de:

Benefícios pagos	<u>533.002,34</u>
	<u><u>533.002,34</u></u>

- ◆ 7.207,56 Euros, relativos a provisões para outros riscos e encargos por contrapartida de:

Reestruturação, por utilização directa face a rescisões por mútuo acordo	<u>7.207,56</u>
	<u><u>7.207,56</u></u>

- ◆ 28.942,80 Euros, relativos à provisão do Gasómetro da Matinha por contrapartida de proveitos extraordinários (Nota 46).

A transferência da rubrica de provisão para reestruturação no montante de 885.462,52 Euros, para as rubricas de provisões com Pré-reformas e com reformados EDP resultou da inclusão dos efectivos considerados no plano de redução, comunicado no decurso do exercício de 2005 nos referidos esquemas de benefícios definidos.

O montante de 10.157.946,12 Euros registado em 31 de Dezembro de 2006 na rubrica de outras provisões para riscos e encargos – processos judiciais em curso, inclui essencialmente o montante de 9.870.008,50 Euros relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo (Nota 52).

A rubrica de outras provisões, no montante total de 1.018.391,73 Euros inclui provisões no montante de 554.000,00 Euros relativos ao programa de redução de efectivos provocada pela reestruturação da empresa e consequente pacote de medidas de carácter social, com vista ao tratamento das situações de extinção de contratos individuais de trabalho por mútuo acordo. Este programa encontra-se aprovado e divulgado em 31 de Dezembro de 2006.

Os pressupostos utilizados para cálculo das responsabilidades com cuidados de saúde, seguros de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida são os seguintes:

	Plano médico		Seguro de vida		Benefício mínimo plano CD	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Taxa técnica de juro	4,60%	4,25%	4,60%	4,25%	4,60%	4,25%
Taxa de crescimento dos salários	4,00%	4,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%	EVK 80-50%
Idade normal de reforma	65	65	70	70	65	65

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
<b>Responsabilidades e Respectivas coberturas:</b>		
<b>i) Plano Médico</b>		
Responsabilidades Totais:	<u>12.294.027,26</u>	<u>11.775.666,00</u>
Coberturas:		
Por Provisões	8.404.224,30	7.618.723,00
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3.g))	3.889.802,96	4.156.943,00
	<u>12.294.027,26</u>	<u>11.775.666,00</u>
<b>ii) Seguro de Vida</b>		
Responsabilidades Totais:	<u>189.001,40</u>	<u>186.491,00</u>
Coberturas:		
Por Provisões	132.272,36	107.979,00
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3.g))	56.729,04	78.512,00
	<u>189.001,40</u>	<u>186.491,00</u>
<b>iii) Benefício mínimo plano CD</b>		
Responsabilidades Totais:	<u>143.881,08</u>	<u>152.121,00</u>
Coberturas:		
Por Provisões	220.119,04	202.639,18
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3.g))	(76.237,96)	(50.518,18)
	<u>143.881,08</u>	<u>152.121,00</u>

A evolução nas responsabilidades da Empresa com cuidados de saúde, seguros de vida, benefício mínimo do plano de contribuição definida e custos destes contabilizados no exercício de 2006 foi como segue:

	<u>Plano médico</u>	<u>Seguro de vida</u>	<u>Benefício mínimo plano CD</u>	<u>Total</u>
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	11.775.666,00	186.491,00	152.121,00	12.114.278,00
Custo dos serviços correntes	246.114,96	9.563,04	13.055,04	268.733,04
Custo dos juros	485.664,00	7.854,00	6.448,60	499.966,60
Benefícios pagos no exercício	(528.186,70)	(4.815,64)	-	(533.002,34)
(Ganhos) / Perdas Actuariais do exercício	314.769,00	(10.091,00)	(27.743,56)	276.934,44
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2006	<u>12.294.027,26</u>	<u>189.001,40</u>	<u>143.881,08</u>	<u>12.626.909,74</u>
<b>CUSTOS DO ANO 2006</b>				
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	731.778,96	17.417,04	19.503,94	768.699,94
Mecanismo do corredor	581.909,04	11.691,96	(2.024,08)	591.576,92
	<u>1.313.688,00</u>	<u>29.109,00</u>	<u>17.479,86</u>	<u>1.360.276,86</u>

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, no montante total de 768.700,08 Euros, foi registado pela Empresa na demonstração de resultados do exercício na rubrica de custos com o pessoal.

Resultante do excesso de corredor apurado a 31 de Dezembro de 2005, foi contabilizado na rubrica de custos com o pessoal um custo de 591.576,92 Euros.

Como mencionado na Nota 3.g), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras pela totalidade do desvio acumulado – não reconhecido. A parte que ultrapassa os limites definidos no "corredor" de 10%, será amortizada, a partir do exercício subsequente em que apurado, conforme a seguir descrito.

<u>Benefícios</u>	<u>Ganhos e Perdas não reconhecidos</u>	<u>Intervalo de "Corredor" (10%)</u>	<u>Excesso para o Intervalo de corredor</u>	<u>Valor a reconhecer em 2007</u>
Plano Médico	3.889.802,96	1.229.402,73	2.660.400,23	549.669,47
Seguro de vida	56.729,04	18.900,14	37.828,90	7.815,89
Benefício Mínimo CD	(76.237,96)	14.388,11	(61.849,85)	(3.710,25)

A totalidade de ganhos e perdas não reconhecidos, se superiores em valor absoluto ao intervalo de corredor (10% do valor das responsabilidades) serão custo do ano seguinte em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste planos que à data de 31 de Dezembro de 2006 é de 4,84 anos para o plano médico e seguro de vida e 16,67 anos para o benefício mínimo do plano contribuição definida. Deste modo, no ano de 2007 será contabilizado um custo na rubrica de custos com o pessoal no montante de 553.775,11 Euros derivado da amortização do excesso de corredor agora apurado.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2006 a Empresa registou na rubrica de custos com pessoal, relativamente à contribuição para o Fundo de Contribuição Definida, o montante de 74.844,92 Euros.

### 36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

O capital social em 31 de Dezembro de 2006 é representado por 12.000.000 acções com o valor nominal de 5 Euros cada uma.

### 37. DETENTORES DO CAPITAL

O capital, em 31 de Dezembro de 2006, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pela GDP Distribuição, SGPS, S.A. .

### 40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

A variação ocorrida nas rubricas de Capital Próprio durante o exercício de 2006 foi como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Aplicação de Resultados	Saldo final
Capital	60.000.000,00	-	-	60.000.000,00
Reservas de reavaliação	5.550.455,87	-	-	5.550.455,87
Impostos diferidos - reavaliações	(3.712.632,32)	-	-	(3.712.632,32)
Reservas legais	673.901,87	-	775.539,09	1.449.440,96
Resultados transitados	(3.016.370,31)	-	14.735.242,70	11.718.872,39
Resultado líquido do exercício	15.510.781,79	9.854.610,32	(15.510.781,79)	9.854.610,32
	<u>75.006.136,90</u>	<u>9.854.610,32</u>	<u>-</u>	<u>84.860.747,22</u>

Por decisão da Assembleia Geral datada de 27 de Março de 2006, a aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foi como segue:

Resultados transitados	14.735.242,70
Reservas Legais	<u>775.539,09</u>
	<u>15.510.781,79</u>

#### Reservas legais

De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja 20% do capital social. Esta reserva legal não pode ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

#### Reservas de reavaliação

Resultam da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilistas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas para futuros aumentos de capital da Empresa.

#### 41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício de 2006, foi determinado como segue:

<u>Movimentos</u>	<u>Mercadorias</u>	<u>Materias-primas, subsidiárias e de consumo</u>	<u>Total</u>
Existências iniciais (+)	238.617,21	612.873,82	851.491,03
Compras (+)	56.050.117,92	1.784.554,81	57.834.672,73
Regularização de existências (+/-)	-	(1.726.413,79)	(1.726.413,79)
Existências finais (-)	(283.149,14)	(588.821,74)	(871.970,88)
Custos de exercício	<u>56.005.585,99</u>	<u>82.193,10</u>	<u>56.087.779,09</u>

O montante de 1.726.413,79 Euros de regularizações de existências na rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, refere-se essencialmente aos materiais incorporados nos activos imobilizados no exercício de 2006.

O custo das vendas e das prestações de serviços registados na demonstração de resultados por funções, no exercício de 2006 foi como segue:

Existências iniciais (+)	1.178.398,16
Compras e entradas provenientes da produção (+)	72.798.832,71
Regularização de existências (+/-)	(1.726.413,79)
Existências finais (-)	(1.012.006,23)
Custos do exercício	<u>71.238.810,85</u>

#### 42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção, ocorrida no exercício de 2006 é como segue:

<u>Movimentos</u>	<u>Produtos trabalhos em curso</u>
Existências finais	140.035,35
Existências iniciais	(326.907,13)
Aumento (diminuição) no exercício	<u>(186.871,78)</u>

#### 43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais, à excepção do Fiscal Único, não são remunerados.

#### 44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços realizadas no exercício de 2006 e 2005 foram as seguintes:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Mercado Interno</b>		
Vendas de mercadorias	140.109.928,76	130.623.478,12
Prestação serviços	<u>2.623.305,91</u>	<u>2.542.614,41</u>
	<u><u>142.733.234,67</u></u>	<u><u>133.166.092,53</u></u>

#### 45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Custos e perdas:</b>		
Juros suportados - empresas do grupo (Nota 16)	9.938.382,14	7.737.347,19
Juros suportados - outros juros	3.993.987,36	3.960.946,08
Outros custos e perdas financeiros	<u>607.922,06</u>	<u>515.104,85</u>
	14.540.291,56	12.213.398,12
<b>Resultados financeiros</b>	<u><b>(14.386.962,60)</b></u>	<u><b>(11.934.831,20)</b></u>
	<u><u>153.328,96</u></u>	<u><u>278.566,92</u></u>
<b>Proveitos e ganhos:</b>		
Juros obtidos - outros	151.587,48	276.471,63
Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>1.741,48</u>	<u>2.095,29</u>
	<u><u>153.328,96</u></u>	<u><u>278.566,92</u></u>

O montante de 3.960.946,08 Euros registado na rubrica de juros suportados – outros juros, em 31 de Dezembro de 2006, inclui o montante de 305.318,73 Euros relativos a juros compensatórios decorrentes de processos judiciais em curso (Nota 34).

#### 46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Custos e perdas:</b>		
Donativos	23.805,00	42.088,20
Dívidas incobráveis	3.085,21	-
Perdas em existências	5.136,66	336,55
Perdas em imobilizações	48.957,06	468.915,52
Multas e penalidades	346,64	1.067,47
Correcções relativas a exercícios anteriores	41.355,96	30.161,94
Benefícios de reforma	-	881.021,94
Provisão para reestruturação (Nota 34)	128.888,63	336.500,00
Insuficiência de estimativa de imposto (Nota 16)	215.771,70	-
Outros custos e perdas extraordinários	2.237,74	1.911,92
	<u>469.584,60</u>	<u>1.762.003,54</u>
<b>Resultados extraordinários</b>	<b><u>5.984.969,62</u></b>	<b><u>4.176.358,89</u></b>
	<u><u>6.454.554,22</u></u>	<u><u>5.938.362,43</u></u>
<b>Proveitos e ganhos:</b>		
Restituição de impostos	11.003,41	-
Ganhos em existências	10.498,01	6.042,97
Ganhos em imobilizações	92.576,83	33.372,17
Benefícios de penalidades contratuais	57.882,60	49.653,82
Reduções de provisões (Nota 34)	28.942,80	28.942,80
Correcções relativas a exercícios anteriores	117.397,65	13.537,51
Amortização de subsídios ao investimento (Nota 47)	6.124.077,91	4.963.125,97
Excesso de estimativa de imposto	-	562.462,96
Benefícios de reforma	-	273.330,14
Outros proveitos e ganhos extraordinários	12.175,01	7.894,09
	<u>6.454.554,22</u>	<u>5.938.362,43</u>
	<u><u>6.454.554,22</u></u>	<u><u>5.938.362,43</u></u>

#### 47. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os montantes dos subsídios ao investimento recebidos e por receber era o seguinte:

	Acumulado 2005	2006	Acumulado 2006
<b>Valor recebido:</b>			
Protede	14.763.458,24	-	14.763.458,24
Programa Energia	58.807.932,70	-	58.807.932,70
Programa Operacional Economia	100.194.010,54	11.771.949,41	111.965.959,95
	<u>173.765.401,48</u>	<u>11.771.949,41</u>	<u>185.537.350,89</u>
<b>Por receber (Nota 49):</b>			
Programa Operacional Economia	2.829.420,16	804.617,13	804.617,13
	<u>2.829.420,16</u>	<u>804.617,13</u>	<u>804.617,13</u>
<b>Valor reconhecido como proveito</b>	(38.759.583,62)	(6.124.077,91)	(44.883.661,53)
<b>Total a reconhecer (Nota 50)</b>	<u>137.835.238,02</u>	<u>6.452.488,63</u>	<u>141.458.306,49</u>

Estes subsídios encontram-se a ser reconhecidos em resultados, de acordo com o período de vida útil das imobilizações respectivas (Nota 3.h)) tendo no exercício de 2006 a Empresa registado na rubrica de proveitos extraordinários o montante de 6.124.077,91 Euros (Nota 46).

#### 48. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006		2005	
	Curto prazo	Médio longo prazo	Curto prazo	Médio longo prazo
<b>Empréstimos bancários</b>				
Dividas a instituições de crédito:				
Empréstimos externos - BEI	3.076.923,08	76.923.076,92	-	80.000.000,00
Descobertos bancários (Nota 51)	3.965.968,62	-	2.380.793,58	-
	<u>7.042.891,70</u>	<u>76.923.076,92</u>	<u>39.485.019,68</u>	<u>80.000.000,00</u>
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1998 - Lisboagás, S.A.	-	15.772.448,40	-	49.879.789,71
	-	<u>15.772.448,40</u>	-	<u>49.879.789,71</u>
	<u>7.042.891,70</u>	<u>92.695.525,32</u>	<u>39.485.019,68</u>	<u>129.879.789,71</u>

O empréstimo obrigacionista, cuja realização financeira teve lugar no dia 12 de Agosto de 1998, foi efectuado nas seguintes condições:

Ficha Técnica do Empréstimo Obrigacionista	
Montante	49.879.789,71 Euros
Prazo	15 anos
Amortização	5 prestações anuais, n.º 22º, 24º, 26º e 28º cupões
Taxa de juro	<i>Euribor</i> a 6 meses + 8 b.p.
Opção de Call	a partir do 10º cupão
Opção de Put	no 20º, 22º, 24º, 26º e 28º cupões
Organização e Liderança	BESI, BPI e CISF
Agente Pagador	BES Investimento
Comissão de Organização	7,5 b.p. <i>flat, up front</i>
C.Colocação e Tomada Firme	10 b.p. <i>flat, up front</i>
All-in	<i>Euribor</i> a 6 meses + 14,6 b.p.

Como o Estado deixou de ser accionista maioritário da Galp Energia SGPS SA, a Empresa procedeu à publicação do respectivo anúncio em 22 de Setembro de 2006 e recebeu pedidos para o reembolso antecipado destas obrigações, no montante de 34.107.341,31 Euros, pelo que actualmente o montante total da emissão Obrigacionista é de 15.772.448,40 Euros.

A tomada firme da emissão foi assegurada por um Sindicato Bancário composto pelas seguintes Instituições Financeiras:

Sindicato Bancário	Euros	%
BES Investimento	13.517.423,01	27,10
BPI	13.567.302,80	27,20
CISF	13.567.302,80	27,20
BNU	7.481.968,46	15,00
BMI	1.246.994,74	2,50
BBV	498.797,90	1,00
	<u>49.879.789,71</u>	<u>100,00</u>

O plano de reembolsos dos empréstimos a médio e longo prazo é o seguinte:

Empréstimos	Montantes	2008	2009	2010	2011	2012 e seguintes (Nota 29)
BEI (a)	76.923.076,92	6.153.852,16	6.153.852,16	6.153.852,16	6.153.852,16	52.307.668,28
Obrigacionista (b)	15.772.448,40	-	9.975.957,94	5.796.490,46	-	-
	<u>92.695.525,32</u>	<u>6.153.852,16</u>	<u>16.129.810,10</u>	<u>11.950.342,62</u>	<u>6.153.852,16</u>	<u>52.307.668,28</u>

(a) Reembolsável em 26 semestralidades vencendo-se a 1ª em 15 de Dezembro de 2007.

(b) Reembolso em duas prestações anuais vencendo-se a 1ª em 12 de Agosto de 2009.

## 49. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2006		2005	
	Curto prazo	Médio longo prazo	Curto prazo	Médio longo prazo
<b>Outros devedores:</b>				
Subsídios a receber (Nota 47)	804.617,13	-	2.829.420,16	-
Pessoal (Nota 25)	219.133,90	-	400.766,20	-
Saldos devedores de fornecedores	-	-	3.475,93	-
Empresas do grupo (Nota 16)	209.212,31	-	5.414,28	-
Conta corrente - EDP	2.475.076,13	-	7.018.161,69	-
Depositos de cauções e garantias recebidas	17.029,74	-	95.049,32	-
Outros	926.002,45	1.087.094,98	985.680,68	1.630.642,59
	<u>4.651.071,66</u>	<u>1.087.094,98</u>	<u>11.337.968,26</u>	<u>1.630.642,59</u>
<b>Outros Credores:</b>				
Pessoal (Nota 25)	63.857,63	-	145.050,09	-
Indemnização devida à EDP	3.500.000,00	-	3.500.000,00	-
Outros	475.227,09	138.793,25	925.634,16	122.467,89
	<u>4.039.084,72</u>	<u>138.793,25</u>	<u>4.744.563,88</u>	<u>1.425.841,79</u>

A rubrica de conta corrente – EDP é creditada pelas cobranças de electricidade efectuadas pela Empresa por conta da EDP e é debitada pelas cobranças de gás efectuadas pela EDP por conta da Empresa.

Na rubrica de outros devedores encontra-se registado a curto prazo e a médio e longo prazo o montante de 543.547,51 Euros e de 1.087.094,98 Euros, respectivamente, referente aos contratos de cedência de capacidade de fibra óptica celebrados com a Onitelem – Infocomunicações, S.A. cuja data de terminus é 1 de Junho de 2019. Este montante será liquidado em prestações iguais anuais e sucessivas no valor unitário de 543.547,51 Euros, sendo cada uma das prestações acrescidas de juros à taxa de mercado. Os proveitos decorrentes deste contrato, encontram-se diferidos na rubrica de proveitos diferidos e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período do contrato. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram reconhecidos proveitos no montante total de 472.945,48 Euros, dos quais o montante de 97.317,24 Euros relativo a juros (Nota 45), ascendendo o saldo dos proveitos diferidos a reconhecer em exercícios futuros a 3.469.149,92 Euros (Nota 50).

A rubrica de outros credores – outros a médio e longo prazo, no montante de Euros 138.793,25 Euros respeita a cauções recebidas de clientes pela venda de gás engarrafado. O Conselho de Administração entende que este montante não será reembolsado durante o exercício de 2007 pelo que se encontra classificado a médio e longo prazo.

O montante de 3.500.000,00 Euros registado na rubrica de outros credores – indemnizações à EDP, refere-se à indemnização acordada em 1988/89 entre a EDP – Electricidade de Portugal e a PGP – Petroquímica e Gás de Portugal (antecessora da GDP), caso se viesse a concretizar num momento ulterior a alienação dos terrenos de Cabo Ruivo, entretanto cedidos pela EDP à PGP. Estes terrenos foram alienados em exercícios anteriores, integravam o património da Cabo Ruivo, tendo a Empresa assumido a responsabilidade derivado da fusão por incorporação da Cabo Ruivo na Empresa ocorrida no decurso do exercício de 2003.

## 50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 estas rubricas apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Acréscimos de proveitos:</b>		
Estimativa de vendas realizadas e não facturadas (Nota 3.e))	17.336.554,60	16.094.512,54
Juros a receber	527.369,21	594.263,68
Outros acréscimos de proveitos	251.355,67	214.975,68
	<u>18.115.279,48</u>	<u>16.903.751,90</u>
<b>Custos diferidos:</b>		
Impostos diferidos activos (Nota 6)	6.310.375,54	6.011.378,13
Outros custos diferidos	508.237,29	530.971,72
	<u>6.818.612,83</u>	<u>6.542.349,85</u>
<b>Acréscimo de Custos:</b>		
Impostos diferidos passivos (Nota 6)	1.426.185,19	1.700.422,57
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	1.616.484,41	1.601.330,87
Custos e perdas financeiras	26.150,14	-
Prémio de desempenho e produtividade	1.454.610,63	825.788,40
Prémio de assiduidade	-	195.204,18
Seguros a Liquidar	411.447,37	74.226,94
Juros a liquidar	1.266.922,50	1.518.837,85
Remunerações a liquidar	312.574,78	-
Fornecimentos e serviços externos obtidos	1.835.259,91	339.921,15
Outros custos operacionais	-	26.581,18
	<u>8.349.634,93</u>	<u>6.282.313,14</u>
<b>Proveitos Diferidos</b>		
Subsídios ao investimento em imobilizado (Nota 47)	141.458.306,49	137.835.237,99
Cedência capacidade de fibra óptica (Nota 49)	3.469.149,92	3.746.681,96
Outros proveitos diferidos (Nota 16)	778.807,80	814.777,74
	<u>145.706.264,21</u>	<u>142.396.697,69</u>

O montante de 527.369,21 Euros registado em 31 de Dezembro de 2006 na rubrica de acréscimos de proveitos – juros a receber, é referente aos juros vencidos relativos ao contrato de cedência de capacidade de fibra óptica celebrados com a Onitelem – Infocomunicações, S.A.

O montante de 251.355,67 Euros respeitam essencialmente a despesas a debitar a empresas do grupo (Nota 16).

O montante de 778.807,80 Euros registado na rubrica de outros proveitos diferidos respeita a participações recebidas da Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. no âmbito de contratos de partilha de infraestruturas de distribuição de gás natural, as quais são reconhecidas como proveitos na rubrica de proveitos suplementares pelo período de concessão.

## 51. DETALHE DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Caixa	16.399,97	2.181,74
Depósitos à ordem	128.562,03	1.132.460,91
Descobertos bancários (Nota 48)	(3.965.968,62)	(2.380.793,58)
	<u>(3.821.006,62)</u>	<u>(1.246.150,93)</u>

## 52. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2006, as responsabilidades contingentes relacionadas com processos judiciais em curso, são como segue:

- ◆ A Câmara Municipal de Lisboa exige pagamentos de 1.891.192,23 Euros de 1994/95, 1.016.051,32 Euros de 1996, 1.044.482,80 Euros de 1997, 1.068.674,49 Euros de 1998, 1.092.866,20 Euros de 1999, 1.145.489,37 Euros de 2001, 1.189.268,85 Euros de 2002, 1.238.429,55 Euros de 2003, 1.287.696,00 Euros de 2004, 1.319.426,32 Euros de 2005 e 1.347.255,58 Euros de 2006 respeitantes à "licença de ocupação de via pública" com tubagens de gás existentes no subsolo.
- ◆ A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira exige pagamentos de 104.185,15 Euros de 1994/95, 70.668,37 Euros de 2002, 77.139,28 Euros de 2003 e 215.984,20 Euros de 2005, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos.
- ◆ A Câmara Municipal de Oeiras exige pagamentos de 23.137,99 Euros de 1998 e 26.214,52 Euros de 2001, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo nos respectivos anos.
- ◆ A Câmara Municipal da Amadora exige pagamentos de 6.994.069,80 Euros respeitantes às taxas de ocupação do subsolo de 2006.
- ◆ A Câmara Municipal de Sintra exige pagamentos de 10.366,52 Euros de 1998, 47.733,01 Euros de 1999, 275.798,88 Euros de 2000, 417.639,06 Euros de 2001, 469.262,55 Euros de 2002, 489.966,35 Euros de 2003, 544.909,00 Euros de 2004, 613.947,87 Euros de 2005 e 664.837,86 Euros de 2006 respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos.
- ◆ A Câmara Municipal de Cascais exige o pagamento de 403.429,63 Euros, respeitantes à taxa de ocupação do subsolo de 2001, e 524.248,50 Euros respeitantes às taxas de ocupação de subsolo de 2006.

A Lisboagás, com base em pareceres jurídicos, decidiu impugnar judicialmente os pagamentos exigidos pelas Câmaras, junto do Tribunal Administrativo Fiscal, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir.

O Conselho de Administração considera que, decorrente destes processos, a Lisboagás apenas irá incorrer em encargos até ao montante máximo de 9.870.008,50 Euros (Nota 34).

### 53. RÁCIOS CONTRATUAIS - CONCESSÃO E ENDIVIDAMENTO

Indicador	Exigibilidade	
	A cumprir	Real
Autonomia Financeira:	$\geq 25\%$	37%
Endividamento:		
BEI	$< 1,5$	0,20
Rácio Cobertura Serviço Dívida	$> 1,3$	6

Durante a vigência do contrato de financiamento com o BEI, a Empresa fará com que o rácio de:

- a) **"recursos financeiros próprios / activo immobilizado líquido"** do balanço não seja em 31 de Dezembro de cada ano inferior a 25%

"recursos financeiros próprios" designa o valor agregado resultante do somatório dos valores do capital social, reservas, prémios de emissão de acções e suprimentos dos accionistas;

"activo immobilizado líquido" designa o valor das immobilizações corpóreas, incorpóreas e financeiras, líquidas de amortizações e provisões.

- b) **"endividamento financeiro / fundos próprios"**, verificado no termo de cada ano, não exceda 1,5

"endividamento financeiro" designa o valor do conjunto das dívidas da Empresa perante instituições financeiras;

"fundos próprios" designa o valor do somatório do capital próprio, empréstimo de accionistas e subsídios ao investimento.

- c) **"cobertura do serviço da dívida ou RCSD"**, designa o rácio obtido pela divisão do Cash Flow Operacional (numerador) sobre a soma das parcelas compostas por (i) Serviço da Dívida (ii) juros da Dívida Subordinada e respectivo reembolso de capital (denominador). O RCSD será apurado em cada Ano Económico, para os períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Junho e 1 de Janeiro e 31 de Dezembro, com base nas contas históricas e não exceda 1,3.

Cash Flow Operacional: designa a soma dos (i) juros e custos similares, (ii) amortizações do activo e provisões e (iii) resultados líquidos. O Cash Flow Operacional será apurado em cada Ano Económico, para os períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Junho e 1 de Janeiro e 31 de Dezembro.

Dívida Subordinada: designa todos os créditos concedidos à GDL pelos Accionistas, designadamente suprimentos e prestações suplementares de capital.

Serviço da Dívida: designa o valor correspondente à soma das seguintes parcelas: (i) ao total dos encargos financeiros, comissões e impostos e (ii) ao reembolso de capital, devidos nos termos dos empréstimos de médio longo prazo da GDL. O Serviço da Dívida será reportado em cada Ano Económico, para os períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Junho e 1 de Janeiro e 31 de Dezembro, com base nas contas históricas.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr.ª Sílvia Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. João Carlos Fevereiro Ferreira de Lima

Dr. Pedro Manuel Pedroso Rodrigues

Eng. João António Cunha Damasceno Fiadeiro

## Documentos de Apreciação e Certificação de Contas

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Accionista da  
Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2006 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, que inclui uma ênfase no seu parágrafo 6.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do descrito no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 9 de Março de 2007

---

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por António Marques Dias

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 606.662.916 Euros e capitais próprios de 84.860.747 Euros, incluindo um resultado líquido de 9.854.610 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## Ênfase

6. Algumas Câmaras Municipais da área onde a Empresa desenvolve a sua actividade de distribuição de gás têm vindo a proceder à emissão de liquidações para o pagamento de taxas de ocupação/utilização do subsolo com tubagens de gás. Em 31 de Dezembro de 2006 o montante destas liquidações relativas aos anos de 1994 a 2006 ascendia a, aproximadamente, 25.614.000 Euros. A Empresa, em desacordo com o pagamento destas liquidações, tem vindo a proceder à impugnação judicial das mesmas. Face às decisões desfavoráveis do Supremo Tribunal Administrativo aos processos de impugnação judicial das liquidações da Câmara Municipal de Lisboa, relativas aos anos de 1994 a 1998 e do Tribunal Central Administrativo relativamente ao processo de oposição da execução fiscal da taxa de 1997, a Empresa possui registada, para estes processos, em 31 de Dezembro de 2006, uma provisão no montante de 9.870.009 Euros (9.566.300 Euros em 31 de Dezembro de 2005) (Nota 34) (incluindo juros de mora no montante de 4.849.610 Euros, dos quais 303.710 Euros relativos ao exercício de 2006). O Conselho de Administração e os seus serviços jurídicos consideram terem existido nos processos anteriores a 1999, questões de vício processual negligenciadas por erro na defesa da Empresa, dado que as decisões do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Central Administrativo, supra mencionadas, incidiram apenas sobre erros processuais e não sobre o mérito da causa. Relativamente aos restantes processos judiciais em curso ou eventuais liquidações para os anos em aberto, não se encontra constituída qualquer provisão em 31 de Dezembro de 2006, por no entender do Conselho de Administração, suportado em pareceres jurídicos, não existirem erros processuais e consequentemente, continuar a não ser previsível que a Empresa venha a suportar perdas no futuro com a resolução destes assuntos.

Lisboa, 9 de Março de 2007

---

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por António Marques Dias